

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE ARTES
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

LUIZA DE CASTRO JOSÉ MARIA

TÁTICAS PELO DIREITO À CIDADE: USOS MÚLTIPLOS NA CINELÂNDIA

NITERÓI
2017

LUISA DE CASTRO JOSÉ MARIA

TÁTICAS PELO DIREITO À CIDADE: USOS MÚLTIPLOS NA CINELÂNDIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para conclusão do grau de Bacharel em Produção Cultural.

Orientador:
Prof. Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues

Niterói
2017

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M332 Maria, Luisa de Castro José.
Táticas pelo direito à cidade: usos múltiplos na Cinelândia/ Luisa de Castro José. – 2017.
58 f. : il.
Orientador: Luiz Augusto Fernandes Rodrigues.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Arte, 2017.
Bibliografia: f. 58-59.

1. Cinelândia (Rio de Janeiro, RJ). 2. Espaços públicos. 3. Costumes sociais. I. Rodrigues, Luiz Augusto Fernandes. II. Universidade Federal Fluminense. Departamento de Arte. III. Título.

Bibliotecário: Nilo José Ribeiro Pinto CRB-7/6348

LUISA DE CASTRO JOSÉ MARIA

TÁTICAS PELO DIREITO À CIDADE: USOS MÚLTIPLOS NA CINELÂNDIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para conclusão do grau de Bacharel em Produção Cultural.

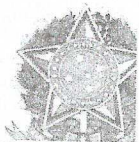
BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues
UFF - Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Marisa Schincariol de Mello
UFF - Universidade Federal Fluminense

Profª. Msc. Deborah Rebello Lima
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Niterói
2017



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DA GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL - GGR

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

Nome do Candidato:

LUIZA DE CASTRO JOSÉ MARIA

Matrícula: 113.033.024

Título do Trabalho:

"TÁTICAS PELO DIREITO À CIDADE: USOS MÚLTIPLOS NA CINELÂNDIA"

Orientador: **Dr^a. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues**

Categoria: **Monográfica**

Data da Apresentação: **18/12/2017**

BANCA EXAMINADORA

1º Membro (Presidente): **Luiz Augusto Fernandes Rodrigues**

2º Membro: **Marisa Schincariol de Mello**

3º Membro: **Deborah Rebello Lima**

AVALIAÇÃO:

Análise / Comentário


O trabalho tensiona o território e faztes as fronteiras diversas e complementares, e sempre a partes dos usos, disputas e práticas.


A banca destacou o rigor metodológico do trabalho de campo e do próprio exercício teórico de reflexões produzidas, recomendando a continuidade da pesquisa sobre o tema em estudos de pós-graduação.

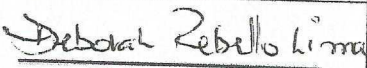
Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora):

10,0 (dez)

ASSINATURAS


1º Membro (Presidente)


2º Membro


3º Membro

Dedicado à Leonor de Farias Castro e sua inevitável disciplina em ser minha avó.

AGRADECIMENTOS

Uma das minhas músicas preferidas do Lenine diz o seguinte: “o que eu sou, eu sou em par, não cheguei sozinho”. Esse trabalho só está aqui por causa de muitas outras pessoas que fazem parte de mim. Uma outra preferida minha diz “quando eu olhar pro lado eu quero estar cercado só de quem me interessa”. Abaixo estão algumas dessas pessoas que são quem eu sou, que me interessam, me ensinam sobre a vida, o amor, o universo e tudo o mais:

Minha mãe, Andrea, que me inspirou a vida inteira sendo mil em uma, obrigada por ser a melhor pessoa de todas, pelo incentivo e por compartilhar comigo todo esse caminho. Meu avô, Marcílio, e minha avó Leonor, obrigada por insistirem mesmo quando eu não confiava em mim e por me cuidarem com tanto amor. Meu pai, Sidney e minha avó Ordelina, obrigada por me olharem sempre da forma mais carinhosa. Tudo em que eu sou parecida com vocês me dá motivo de orgulho.

Aos pedaços de mim que encontrei nesse lugar, vocês foram os protagonistas de todos esses anos. Esse amor todo que somos juntos está sempre comigo: Victor, Lary, Julia, Isa, Ingrid, Gusta, Diego, Gomba e Dedé.

Gabriel, obrigada por me ensinar a olhar por outra lente e, assim, também fazer parte desse trabalho. Em você eu encontrei parceria e companheirismo que eu não achava possível existir. Obrigada por sermos nós.

Carol, você é uma das maiores parceiras que esse mundo me deu, amo as nossas diferenças porque cresço com ela. Foram grandes aventuras até aqui, e é só o começo. Obrigada por ser comigo.

Do tanto que aprendi nessa graduação, agradeço a Marina Frydberg, por ter me dado a oportunidade da monitoria; ao meu orientador Luiz Augusto, por ter acreditado na ideia dessa pesquisa; e a Gisella Chinelli, um presente da 33 Produções, orgulho de poder dizer que trabalhei e aprendi com você um tanto de prática que a sala de aula nunca poderia oferecer.

Tantas outras pessoas especiais estiveram presente nestes anos me enchendo de sorrisos que vão ecoar até onde não consigo mais ver, entre essas não posso deixar de mencionar: Negra Maria, Fernanda Coutinho, Marie Linhares, Rebeca Eler, Juca Aguilera e Joana Caetano.

A todos vocês que marcaram esse período da minha vida e continuam aqui para os próximos, muito obrigada.

RESUMO

Esta pesquisa reflete sobre os usos múltiplos da praça da Cinelândia através de uma pesquisa de campo baseada em um contexto histórico do lugar. Os usos possíveis de serem captados durante esta pesquisa são o seu objeto de estudo. Em cima destes foi realizada uma leitura através dos conceitos de espaço, de Doreen Massey e Milton Keynes, território, de Rogério Haesbaert, e táticas e estratégias, de Michel de Certeau. Objetivou-se identificar onde estes usos tangenciam ou se afastam das proposições e possibilidades de realização do direito à cidade de Henri Lefebvre, atualizado para o século atual por David Harvey. A partir do histórico da praça da Cinelândia como um espaço de grande importância para o fazer político na cidade do Rio de Janeiro, seus usos podem identificar de que forma o direito à cidade está contextualizado atualmente.

Palavras-chave: Cinelândia, direito à cidade, espaço público.

ABSTRACT

This research reflects on the multiple uses of the Cinelândia square through a field survey based on a historical context of the place. The possible uses to be captured during this research are its object of study. On top of these a reading was made through the concepts of space, by Doreen Massey and Milton Keynes, territory, by Rogério Haesbaert, and tactics and strategies, by Michel de Certeau. The aim was to identify where these uses tangential or deviate from the propositions and possibilities of realization of the right to the city of Henri Lefebvre, updated for the present century by David Harvey. From the history of the square of Cinelândia as a space of great importance to the political rights in the city of Rio de Janeiro, its uses can identify how the right to the city is currently contextualized.

Key-words: Cinelândia, right to the city, public space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Praça Floriano Peixoto no início do século XX. À esquerda o Convento da Ajuda demolido. À direita a Avenida Rio Branco. Fonte: foto de Augusto Malta, de acordo com assinatura, retirada de site que não cita sua autoria.	5
Figura 2. Passeio público onde antes era a Avenida Rio Branco. A esquerda da foto está a praça da Cinelândia, do lado direito está o VLT passando. Fonte: foto da autora.	6
Figura 3. Fachada do Cinema Odeon, hoje chamado oficialmente de Centro Cultural Luiz Severiano Ribeiro. Fonte: foto da autora.	7
Figura 4. Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Palácio Pedro Ernesto. Fonte: foto da autora.	8
Figura 5. Teatro Rival visto da rua Ator Jaymes Costa, uma das vielas que ligam a rua Álvaro Alvim à Cinelândia. Fonte: foto da autora.	9
Figura 6. Aula pública com o tema Operação Lava Jato no Rio de Janeiro. Fonte: foto da autora.	16
Figura 7. Educação Popular na Cinelândia no dia 25 de Agosto de 2017. Fonte: foto da autora.	17
Figura 8. Mapa com pontos indicados pela autora. Fonte: Google Maps.	18
Figura 9. Banca do Alves no dia 18 de maio de 2017. Fonte: foto da autora.	20
Figura 10. Roda de Capoeira Angola Ypiranga de Pastinhas. Fonte: foto da autora.	23
Figura 11. Roda de Capoeira Angola Ypiranga de Pastinhas. Fonte: foto da autora.	23
Figura 12. Feira de roupas e artesanatos na Cinelândia. Fonte: foto da autora.	24
Figura 13. Cortejo de bloco durante o carnaval de 2011 passa em frente a Biblioteca Nacional. Fonte: R7.	28
Figura 14. Palco do Baile da Cinelândia no Carnaval de 2014. Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro.	29
Figura 15. Protesto do dia 18 de Maio em frente a câmara. Fonte: foto da autora.	30
Figura 16. Durante o mesmo protesto, fileira de policiais militares ao lado da câmara antes da dispersão violenta. Fonte: foto da autora.	30
Figura 17. Ato em frente à Câmara dos Vereadores pela conscientização sobre HIV, AIDS e Tuberculose. Fonte: foto da autora.	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
O TERRITÓRIO: CINELÂNDIA EM CONTEXTO.....	4
USOS DO TERRITÓRIO: PARTE 1, USOS COTIDIANOS.....	13
USOS DOS TERRITÓRIO: PARTE 2, USOS INTERMITENTES.....	26
O DIREITO À CIDADE DE LEFEBVRE NA CINELÂNDIA.....	35
CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como foco de estudo o território da Cinelândia, uma das principais praças no centro da cidade do Rio de Janeiro. Como objeto serão tratados os diversos usos da praça, com a hipótese de que estes usos múltiplos representem o que Lefebvre (2016) definiu como direito à cidade.

A Cinelândia foi escolhida por se tratar de um lugar onde já vivi e vejo outros viverem as mais diversas práticas sociais: a festa, as manifestações políticas, a fruição artística, o local de trabalho, além do lugar de passagem. Na experiência pessoal, ela começou como um lugar do Centro do Rio de Janeiro onde eu via arquitetura de diferentes períodos misturadas com experiências muito ricas que eu mesma tive. Começaram com os passeios ao Centro com minha mãe; as idas ao balé no Theatro Municipal com minha avó; se tornou lugar de assistir filmes no cinema de rua do Odeon durante a adolescência; passou a ser local de trabalho em um escritório e ponto de encontro com meu pai - que também trabalhava em um escritório ali perto; foi também onde vivi o carnaval e as manifestações políticas nos últimos anos. Foi durante estes últimos momentos que percebi como tinha tido práticas tão diversas em um só espaço da cidade.

Essa diversidade de usos que experimentei desde a infância, fez com que a praça ganhasse percepções e significados cada vez mais amplos como espaço público. A Cinelândia então deixou de ser só mais uma praça e passou a ser meu objeto de estudo. A praça pode ser considerada à primeira vista um não-lugar¹, conforme definido por Marc Augé (2012), mas ao trocar a visão de passante pela de ouvinte atento aos personagens que estão constantemente naquele local, é possível perceber frases como “a Cinelândia não é mais o que era antes”, ditas por pessoas diferentes, fazendo com que transpareça, momentaneamente, pela fala de seus praticantes a existência de significados que vão além do lugar de passagem. É o reconhecimento coletivo dos fazeres possíveis para a praça adquiridos histórica e continuamente pelas reapropriações do território em diferentes contextos de poder, ora em disputas sutis, ora em disputas evidentes.

Esse valor começa principalmente pela sua localização central, desde o início da trajetória da cidade. Apesar de demolições, construções e reconstruções no seu

¹ “um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar.” (AUGÉ, 2012, p. 73)

entorno em diversos períodos, a praça se manteve como um dos pontos fundamentais do Rio de Janeiro. Centro de poder, socialização, vivências culturais, e local de referência para formação da identidade da cidade.

Reconhecendo a vocação histórica desta praça para sobrepor múltiplas vivências e estabelecer nesta diversidade o sentido do espaço urbano, questiono se a experiência na Cinelândia seria próxima ao que Lefebvre define como direito à cidade. Para refletir sobre os significados agregados a partir de seus usos e os distanciamentos e aproximações do conceito de Lefebvre na prática da Cinelândia, apresento este trabalho.

Para realizá-lo, foi essencial me aproximar da vivência do cotidiano da praça. Observar a praça com outro olhar, dessa vez mais minucioso quantos os usos alheios. É importante ressaltar que, se tratando de um trabalho de monografia, reconheço a limitação da pesquisa realizada e, portanto, não pretendia abarcar a totalidade do meu objeto principal, os usos do espaço. Defini a princípio que iria me atentar aos usos especificamente na área pública da praça, excluindo assim o comércio e prédios ao redor, mas sem a intenção de omitir a importância dos significados que estas construções dão à Cinelândia. Me debruço, portanto, sobre as vivências que consegui tanger a partir da aproximação com comerciantes, trabalhadores, passantes, manifestantes e voluntariados na Cinelândia. A metodologia utilizada foi o trabalho de campo de dentro e de perto, como apontado por Magnani (2006), buscando exotizar meu olhar já familiarizado com a praça, e conhecer diferentes pontos de vista sobre o mesmo espaço. Para isso fui à praça em diversos dias e horários diferentes. Alguns deles para comparecer a eventos específicos, outros sem qualquer atividade pré-planejada.

Durante as minhas visitas, assumi formas diferentes de aproximação com os objetos de estudo, interagindo ou não. Em alguns momentos era só passante, atenta às pessoas que praticavam de várias formas aquele lugar. Nestes momentos eu podia vivenciar a leitura de Jacques (2008), praticando minha própria corpografia² daquela praça. Corpografia essa que foi construída durante toda a minha vida de praticante da Cinelândia e, pela primeira vez, eu observava os seus efeitos nos meus caminhos e nas pessoas com quem fiz contato. A análise da corpografia na

² “Uma corpografia urbana é um tipo de cartografia realizada pelo e no corpo, ou seja, a memória urbana inscrita no corpo, o registro de sua experiência da cidade, uma espécie de grafia urbana, da própria cidade vivida, que fica inscrita mas também configura o corpo de quem a experimenta” (JACQUES, 2008, p. 1.)

praça foi muito evidenciada por diferenças de caminhos com a novidade do VLT³ passando ao seu lado. Ele aparece na Cinelândia como um transporte vindo de outra praça extremamente espetacularizada, trazendo sua estética estéril, comunicando um novo tempo que contrasta absolutamente com a arquitetura diversificada dos imóveis do lugar. Da mesma forma que é possível imaginar que tantos prédios fizeram com suas arquiteturas nos seus tempos áureos.

Em outras ocasiões estive lá assumindo a posição de pesquisadora, a qual defini que foi a melhor estratégia para me aproximar dos usuários e questioná-los deliberadamente sobre seus usos. Anunciando que meu interesse ali era a pesquisa, todos com quem estabeleci contato facilmente contavam suas histórias da praça. Essa ação de me apresentar como estudante não foi como defini, a princípio, a forma mais fácil de me aproximar. No entanto, encontrei no campo muita dificuldade para que se sentissem confortáveis comigo sem que eu anunciasse primeiro o que tinha me levado a ser mais do que uma passante daquele espaço.

Entendendo a cultura do ponto de vista antropológico, que engloba fazeres e conhecimentos, para muito além do conceito que interpreta a cultura somente como fazer artístico, assumo esse referencial para tratar dos usos na Cinelândia como uma temática da produção cultural. A partir deste olhar, a cultura está entranhada na vida de qualquer ser humano participante de uma sociedade. Portanto, para a produção cultural, também interessa o fazer cotidiano e as formas de assimilação e prática das culturas que disputam espaços nas cidades. A cidade é formada pelo encontro entre saberes e usos tão amplos e diversos que sua modificação e estruturação diária é intensa. Seu sumo é a própria diversidade, e o espaço público o local de encontro desta. A Cinelândia se encaixa então como um território de efervescência cultural em todos os sentidos possíveis, seja na arte, na política ou na prática diária do espaço como um lugar onde se constrói e se ressignifica o que é o Rio de Janeiro. Nas próximas páginas está uma pesquisa que busca entender como essa praça está ligada ao direito à cidade, um direito que vai na direção de uma cidade mais inclusiva, diversa e democrática.

³ Veículo Leve Sobre Trilhos - VLT

CAPÍTULO 1 - O TERRITÓRIO: CINELÂNDIA EM CONTEXTO

O Centro do Rio de Janeiro visto no mapa da cidade tem uma localização curiosamente inesperada para quem considera o sentido primário da palavra “centro”. Afinal, ele não está no meio do mapa, está no canto, bem próximo da entrada da Baía de Guanabara. Entende-se melhor sua localização quando descobrimos que a cidade começou ali perto, em uma curva da entrada para a Baía. Ponto estratégico para proteção de um terreno que estava sendo tomado para si por exploradores portugueses. A cidade que foi iniciada ali foi nos moldes dos que haviam desembarcado em “terras novas”. Uma cidade que, aos poucos foi se transformando naquela na qual igrejas e imóveis da nobreza prevaleciam como edificações dominantes, tanto quanto seus respectivos ocupantes.

Ali no Centro do Rio, próximo ao mar, estava o Largo da Mãe do Bispo, a Praça São José, Praça Ferreira Viana e, finalmente, a Praça Floriano Peixoto. O mesmo local, que recebeu diferentes denominações ao longo dos anos, séculos, e mudanças na paisagem. Cinelândia é apelido mais recente, da época em que os cinemas tomaram as ruas. Nesta época a praça foi pensada para oferecer um complexo de diversões para o carioca, especialmente o audiovisual.

Desde o início da área estabelecida como o Centro do Rio, a Cinelândia teve função importante de circulação. Ainda conhecida por outros nomes, a região era cercada por dois morros, o de Santo Antônio e o do Castelo, que foram desmontados nas primeiras décadas de 1900. Junto com estas ações, a praça começou a ganhar maior movimentação; a construção da Avenida Central, mais tarde chamada de Avenida Rio Branco, foi o que deu início às práticas na praça como território de sociabilidade. Foi a partir de 1906, início do século XX, que a avenida foi inaugurada, e ganhou nos seus últimos metros a Praça Floriano Peixoto. Na época de sua construção, a avenida que beirava a praça, asfaltada, arborizada e iluminada com eletricidade, representava a modernidade que o governo pretendia desenvolver no país. Um marco para a entrada da república no novo século. Se antes as ruas escuras a partir das sete horas da noite não permitiam qualquer vida social noturna, a eletricidade da Avenida Central inaugurou um novo período diário de socialização, permitindo a abertura de novos locais de entretenimento e um novo estilo de vida para a população (CARVALHO, 2007).

Em 2016, essa mesma avenida passou por atualização, teve 600m da sua extensão fechada para carros e demais veículos, criando um passeio público, atualmente chamado de Boulevard Luiz Severiano Ribeiro. Hoje a circulação por esse espaço é restrita a pedestres, bicicletas e ao VLT. Estas mudanças fizeram parte de um conjunto de obras planejadas para serem legado dos *Jogos Olímpicos* de 2016 na cidade, entre os seus objetivos estavam a otimização do tráfego de veículos, valorização dos pedestres e reorganização urbana do Centro⁴.



Figura 1. Praça Floriano Peixoto no início do século XX. À esquerda o Convento da Ajuda demolido. À direita a Avenida Rio Branco. Fonte: foto de Augusto Malta, de acordo com assinatura, retirada de site que não cita sua autoria⁵.

⁴ Disponível em:

<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6165511/4162107/apresentacao_compur_vlt.pdf>. Acessado em 26/11/2017

⁵ Disponível em: <<http://www.eliomar.com.br/rio-antigo-a-cinelandia-sem-cinemas-em-1920/>>. Acessado em 18/11/2017



Figura 2. Passeio público onde antes era a Avenida Rio Branco. A esquerda da foto está a praça da Cinelândia, do lado direito está o VLT passando. Fonte: foto da autora.

É importante lembrar que até 1960 o Rio de Janeiro era capital federal, adicionando um fator de importância às mudanças urbanas e usos do espaço da cidade. Foram alguns anos antes que a praça ganhou o apelido de Cinelândia, quando Francisco Serrador decidiu transformar o entorno da Floriano Peixoto com diversos espaços culturais, principalmente cinemas. Serrador era espanhol e veio para o Brasil com a promessa de melhores oportunidades. Chegou em Santos, mas se estabeleceu em Curitiba como vendedor de peixe, a mesma profissão que exercia na Espanha. Na cidade escolhida para fixar residência ele começou a promover eventos. Inaugurou em 1902 um espaço de entretenimento chamado Parque Coliseu, com teatro, pista de patinação, tiro ao alvo, carrossel, entre outras diversões. Pouco tempo depois ele também passou a exhibir filmes no local, e foi a partir desta novidade que ele expandiu seus negócios. Após inaugurar cada vez mais cinemas no Paraná, inaugurou o primeiro destes em São Paulo e finalmente chegou ao Rio de Janeiro. Sua intenção era construir na área demolida do Convento da Ajuda (Figura 1, à esquerda) um quarteirão de lazer com: três teatros, quatro cinemas, um hotel, dezessete lojas, um rink de patinação, um parque de diversões, salas para escritórios e um terraço ocupando toda esta área. Ele concretizou uma pequena porção deste sonho, construindo quatro cinemas, algumas

lojas e salas de escritório, mas o pouco que foi realizado, comparado ao que era sua intenção inicial, marcou a imagem da praça. Hoje em dia o único cinema que continua com esta função desde 1926 é o Odeon, com um prédio de escritórios acima dele.



Figura 3. Fachada do Cinema Odeon, hoje chamado oficialmente de Centro Cultural Luiz Severiano Ribeiro. Fonte: foto da autora.

Quanto à vontade de Serrador, personagem tão influente sobre a praça, De Macêdo e Andrade (2009) trazem as considerações de Lima⁶:

Lima (2000, p. 313) considera ainda que o sonho de Serrador, de modernizar a cidade pela diversão, foi responsável por construir a imagem da Cinelândia como “lugar das trocas de sociabilidade”. Os cinemas criaram novos hábitos para cidade, sua projeção cultural resultou em um novo significado ao espaço público, que passou a mesclar pessoas circulando em atividades diversificadas. (*apud* DE MACÊDO e ANDRADE, 2009, p. 185).

⁶ LIMA, E. F. Q. *Arquitetura do espetáculo: teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000

Antes mesmo da chegada do audiovisual no Brasil, a praça da Cinelândia, ainda sem o apelido característico, já tinha suas movimentações culturais. Ali estavam a Biblioteca Nacional, o Museu de Belas Artes e o Theatro Municipal, lado a lado. Com poucos metros de distância havia também o polo político da cidade, o Supremo Tribunal Federal, que hoje é Centro Cultural da Justiça Federal, e quase em frente a este está o Palácio Pedro Ernesto, onde está a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Neste sentido, o Palácio Monroe (que foi demolido em 1976) também é bastante lembrado por ter alojado o Senado Federal entre as primeiras décadas do século XX. A maioria destes prédios foram erguidos neste mesmo período temporal, entre 1904 e 1910. Somente o prédio da atual Câmara Municipal do Rio de Janeiro teve sua construção logo após, em 1920. Antes dessa data a Câmara ficava no mesmo local, porém a construção era de um antigo colégio que havia sido adaptado para esta função.

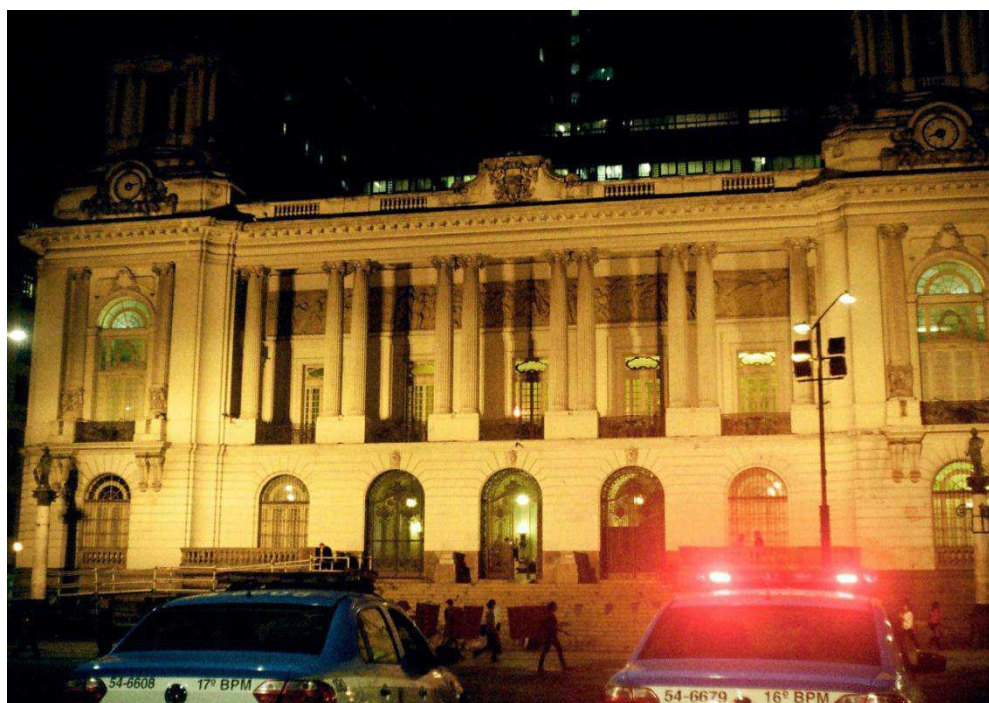


Figura 4. Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Palácio Pedro Ernesto. Fonte: foto da autora.

Hoje, a praça não detém tanta importância na vida cultural dos cariocas. A cidade se expandiu, centros de entretenimento mais modernos foram criados - especialmente na Zona Sul do Rio de Janeiro - e os espaços culturais da Cinelândia deixaram de ser protagonistas de sociabilidade. Ainda assim, ela mantém alguma movimentação, especialmente com o Theatro Municipal, ou com o seu entorno, onde

está o Teatro Rival - ambos mantêm programação cultural semanal. Até mesmo a rua ao lado do Palácio Pedro Ernesto é um espaço que eventualmente recebe eventos, como a roda de samba *O Samba Brilha*⁷. Por outro lado, quanto à vivência política, ela continua tendo grande visibilidade, muito por conta das manifestações populares, e menos pelos prédios ao seu redor. O único que manteve sua função política foi o da Câmara Municipal.



Figura 5. Teatro Rival visto da rua Ator Jaymes Costa, uma das vielas que ligam a rua Álvaro Alvim à Cinelândia. Fonte: foto da autora.

Todavia, cada uma das imponentes construções históricas que foram citadas dá um tom simbólico à praça. Não só dentro, como também fora desses prédios foram tomadas decisões ou realizadas manifestações que mudaram o rumo do país. A Cinelândia é hoje, um local de memória viva que pode ser revisitada fisicamente ao praticar a praça, como Jacques (2008, p. 3) relembra em De Certeau (1994)

⁷ Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/06/09/samba-brilha-homenageia-o-jornal-brasil-de-fato-neste-sabado-10-no-rio/>>. Acessado em 26/11/2017

sobre vivenciar espaços de dentro: “há um conhecimento espacial próprio desses praticantes, ou uma forma de apreensão, que ele relaciona com um saber subjetivo, lúdico, amoroso”. Este saber imaginário também se relaciona neste local com a história, as práticas sociais e a memória urbana individual e coletiva da Cinelândia.

Ao tomarmos maior distância do objeto, tornando mais amplo o nosso campo de visão, podemos observar que estas práticas de formação de um imaginário sobre determinado espaço público são definidoras de espaços urbanos. É essencial, então, ao olharmos para o que é o espaço urbano, desdobrarmos o pilar do que representa uma cidade. Não se limita somente por um local com densa quantidade de construções e população, também representa a predominância da cidade sobre o campo. A construção de uma nova relação entre humanidade e natureza e a concepção de novas relações entre seres humanos, ambas as construções se apoiando sobre determinadas forças e hierarquias. Dos senhores feudais aos proprietários de manufaturas, dos servos aos trabalhadores, passando pela interação do Estado com estes grupos, a cidade é construída por e para que estas relações se deem de determinada forma. A subtração do campo pela cidade realizou de forma absoluta a distinção entre proprietários e não proprietários dos meios de produção (ROLNIK, 1995). Para uns, o jogo político da construção da cidade, que se desenvolve de acordo com aspectos econômicos atrelados ao momento temporal vigente, para outros a vivência dos espaços que foram desenvolvidos de acordo com forças que pouco dizem respeito aos que vão praticar a cidade através das suas ruas.

Essa distinção de grupos sociais que atuam sobre o mesmo tecido urbano, com intenções e potenciais de ação diversos, agravou diferenças físicas que continuam realizando reestruturações no espaço da cidade conforme suas necessidades e possibilidades. Junto com a separação física de classes sociais e a funcionalidade do espaço urbano, surge a segregação espacial, e para garantir a constante manutenção das estruturas de poder que permitem que determinados grupos tenham a legitimação para atuar sobre os espaços, a hegemonia é fundamental. O Estado, representação do poder político, organizador dos espaços públicos e mantenedor de instituições é um dos seus principais aliados. É por conta desta segregação que, olhando mais de perto, podemos perceber que os espaços, apesar de públicos - o que a princípio poderia ser entendido como lugares para

todos -, não podem ser de fato vivenciados de todas as maneiras por todos. Esta percepção foi visível durante a pesquisa de campo.

Apesar disso, com a segregação implantada socialmente e fisicamente na cidade, o espaço público ainda deve ser concebido primordialmente como o lugar de encontro da diversidade. E é a partir dos usos múltiplos dos espaços que estão as possibilidades de existência de indivíduos tão segregados, assim como a experiência da multiplicidade pode gerar uma cidade mais democrática e inclusiva. É por observar o espaço público como um lugar de resistência dos que não têm garantido nenhum espaço que nego à praça o título de somente lugar de passagem ou não lugar, como elucida Augé (2012):

Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar. (AUGÉ, 2012, p. 73)

Nomear a praça como um não-lugar seria deveras limitado, além de ser um apagamento dos seus múltiplos praticantes. Seria invisibilizar a sua história e ignorá-lo como estruturante para a formação do espaço urbano central do Rio de Janeiro dos séculos XX e XXI. Mendonça (2007) recorda a partir de Lamas (s.d.):

(...) a praça como “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (LAMAS⁸, p. 102, *apud* MENDONÇA, 2007, p. 298)

Indo ao encontro da noção essencial da praça como espaço da prática da diversidade, De Macêdo e Andrade (2009) trazem Lima (2000)⁹ para dialogar com esta concepção, falando especificamente sobre a Cinelândia, nesta passagem:

Lugar de encontro, onde homens e mulheres da burguesia e também pessoas de menos posses podiam ser vistos na praça, como Lima (2000, p. 262) relata: “[...] cada tipo de indivíduo apropriava-se diferentemente da imagem daquele espaço recém-transformado [...] os múltiplos usos que ali coexistiam não poderiam ter significados idênticos para cada usuário [...]”. (DE MACÊDO e ANDRADE, 2009, p. 185)

Em uma pesquisa do termo “Cinelândia” nos jornais online G1¹⁰ e Extra¹¹, que tratam bastante de questões locais da cidade se encontra principalmente notícias

⁸ LAMAS, J. R. M. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, s/d.

⁹ LIMA, E. F. W. *Arquitetura do espetáculo: teatros e cinemas na formação da Praça Tiradentes e da Cinelândia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.

¹⁰ Disponível em: <<http://g1.globo.com/busca/?q=cinel%C3%A2ndia>>. Acessado em 23/11/2017

sobre manifestações¹² políticas, comícios¹³, projetos de saúde¹⁴ pública e eventos¹⁵ culturais (em espaço público¹⁶ ou casas fechadas do entorno). É perceptível a importância que a praça tem para o encontro entre pessoas, para a sociabilidade, e para a vivência que alguns habitantes da cidade conseguem ter do seu papel político se manifestando em espaços públicos.

Estas vivências múltiplas nos espaços públicos, fomentadoras de disputas e diálogos a partir do encontro das diferenças, fazem parte do pilar da cidade. Para além da relação entre o rural e o urbano, a existência em eterna disputa de subjetividades pelos quais competem indivíduos das mais diferentes crenças, saberes e práticas, é diária na cidade, principalmente nas de viés democrático. A experiência de uso dos espaços entre indivíduos diversos a princípio é disputa, mas também pode ser criação, como veremos nos próximos capítulos sobre a pesquisa em campo. A experimentação dos espaços faz a cidade; ela não é somente uma palavra, é um lugar que se mantém vivo a partir das práticas de seus usuários. São múltiplos encontros que constroem e estruturam diariamente a noção de urbano, tangente à de espaço público e cidade.

¹¹ Disponível em: <<http://extra.globo.com/busca/?q=Cinel%C3%A2ndia>>. Acessado em 23/11/2017

¹² Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/rio/mulheres-fazem-ato-contra-pec-do-aborto-no-centro-do-rio-22065783.html>>. Acessado em 23/11/2017

¹³ Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/jandira-promove-ato-com-dilma-na-cinelandia-20152888.html>>. Acessado em 23/11/2017

¹⁴ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6305587/>>. Acessado em 23/11/2017

¹⁵ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/6198501/>>. Acessado em 23/11/2017

¹⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/festival-internacional-de-fanfarras-ocupa-ruas-do-rio-veja-programacao.ghtml>>. Acessado em 23/11/2017

CAPÍTULO 2 - USOS DO TERRITÓRIO: PARTE 1, USOS COTIDIANOS

Para tratar da experiência no campo, relembro que assumi posturas variadas durante minhas incursões. Estive presente na Cinelândia como passante, andando pela praça, porém assumindo a atitude de pesquisadora, atenta às movimentações e práticas ao redor. Também estive em alguns momentos sentada nos bancos, onde observava os que passavam ou paravam no meu campo de visão. Ao entrar em contato com os praticantes da praça, declarei que estava ali como estudante, o que considerei que facilitou minha abordagem.

Com o contato com o campo, dois conceitos se tornaram essenciais para identificar aquele local: as definições de Massey e Keynes (2009) para espaço e de Haesbaert (2007) para território. Os primeiros, conceituando espaço estabelecem três parâmetros para esta definição: o espaço é produto de inter-relações; é a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade e como este é produto de relações que precisam ser efetivadas; está sempre em um processo de devir. Neste conceito é criada uma relação entre espaço e tempo que se mostra essencial quando olhamos para um lugar com tamanha carga histórica. Partindo de um tempo passado e presente, olhando para o futuro podemos vislumbrar possibilidades a partir dos usos relacionados ao momento temporal daquele espaço.

A reflexão de Haesbaert sobre território adiciona um componente mais estrutural aos espaços, que nos seus escritos se ampliam para territórios. Seus conceitos tratam da relação espacial com o poder e as estruturas da sociedade que são impostas fisicamente nas apropriações e dominações. Território, como definido por Haesbaert, é um espaço

(...) imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, "desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica"¹⁷. (HAESBAERT, 2007, p. 21)

Haesbaert (2007) dialoga com Massey e Keynes (2009) quanto ao espaço/território ser um processo de inter-relações/múltiplos sujeitos envolvidos. Assumindo essa orientação de pontos de vista diferentes que se aproximam no sentido em que olham, ambos lidam com o significado do encontro da multiplicidade

¹⁷ HAESBAERT, 2004a. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Pág. 95-96

no espaço público, a disputa e suas relações de poder. Massey e Keynes (2009) também dialogam com Haesbaert (2007) ao identificarem a complexidade das relações que compõem os espaços ou territórios. Ambos falam de subjetividades, políticas e formadoras de identidades múltiplas e móveis para os primeiros; culturais e simbólicas para o último. A forma como espaço é definido está muito próxima do início da definição de território, mas se distancia ao faltar com a prerrogativa política estrutural que Haesbaert (2007) sinaliza ao falar de territórios, o que ele mais pontua em sua definição é “território, assim, em qualquer acepção é poder” (p. 20). É até mesmo possível que o território de Haesbaert esteja contido no espaço de Massey e Keynes, porém sem ser o foco da sua investigação. Como Guimarães (2007) elucida:

O território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita, ao passo que o espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que contém. A noção de territorialidade, assim entendida, em contraposição à de espaço, esclarece que a transformação de espaço em território se dá de maneira subjetiva. (GUIMARÃES, 2007, p.2)

Ao falar da Cinelândia é necessário adicionar um novo aspecto ao espaço, ou território que compõe ampla e diversamente esta praça. É um espaço público, lugar de uso comum ordenado pelo poder do Estado. É essencial lembrar que o que se estabelece como público envolve diversidade, multiplicidade de usos, coletivos ou individuais.

O lugar público deve ser concebido como um espaço urbano acessível onde se produz o encontro da diversidade. Neste sentido, é um reflexo direto da essência da cidade – segundo Colin Rowe, geradora do domínio público –, que provém da presença e coexistência de uma multiplicidade de pessoas, ofícios, comunidades e culturas que se complementam mutuamente. (SEGRE, 2005, p. 1)

Essa multiplicidade de pessoas é ainda experimentada em um contexto de disputa por espaços para existência. Disputa esta que pode ser tanto negativa quanto positiva. Importante pontuar que essa diferenciação não é dicotômica como parece, vai além do ponto de vista dos atores envolvidos nos embates. A análise deve ser mais profunda, estrutural e também subjetiva. O que chamo de negativo é o apagamento de determinadas práticas e usos realizados por atores vulneráveis instaurado pelos poderes que já assumem posições privilegiadas nas relações sociais. Cabe aqui estabelecer o equilíbrio entre estas forças sociais, que estão em

constante disputa, com o propósito da atuação do Estado. Este equilíbrio não pretende ser fixo ou estável, nem mesmo uma forma de normatizar e funcionalizar para um único uso o espaço. Este equilíbrio vem da análise da conjuntura que envolve os campos sociais, culturais e políticos, assim como seus pontos de fusão. Ainda assim, este mesmo campo, tão amplo e complexo que deve ser analisado para uma atuação mais justa e igualitária do Estado, atua nele próprio. Estas relações de poder, que alcançam todos os aspectos da vida em sociedade, tem intenções muito bem definidas na luta pela atuação do poder público. É, portanto, essencial associar esta percepção ao uso do espaço público e como estes usos são geridos pelo Estado.

Reafirmando, o espaço público, dado como a principal veia do que é a cidade, primordialmente, é o espaço do encontro entre indivíduos, produto de relações (MASSEY e KEYNES, 2009) encontro de multiplicidades (SEGRE, 2005), expressão da heterogeneidade social (MASSEY, 2008 *apud* SANCHEZ, BUTERMAN e LAIBER, 2016). Este espaço, por consequência da prática da multiplicidade realizada em uma sociedade de relações de poder subjetivas e dominadoras, está em permanente disputa. No território pesquisado, este conflito pelo uso do espaço tem diversas amplitudes e formas de embates. Na experiência das manifestações que tomam as vias, temos o conflito violento entre a polícia e os manifestantes. Nas vivências cotidianas temos o conflito pela ocupação do espaço por diferentes grupos sociais.

A Cinelândia é um local que comporta na sua rotina habitual os mais diversos personagens que poderiam estar em conflito por estarem em grupos sociais desiguais, mas compartilham a praça com suposta pacificidade, entre eles: moradores de rua, executivos, comerciários com lojas físicas e ambulantes, militantes, voluntários de causas sociais, músicos, além de passantes diversos. Olhando de dentro (MAGNANI, 2006; CERTEAU, 1994) e debaixo, porém, percebemos que essa suposta harmonia é realizada com a sustentação de complexas relações de poder que usa territórios e espaços públicos como seus principais recursos para organização da diversidade. Reestruturando sua hegemonia de forma tão sutil quanto explícita, adequando seus recursos, entre atores e poderes, ao que a contra-hegemonia coloca em disputa.

Durante a pesquisa de campo, pude observar e conhecer diversos meios que a hegemonia e a contra-hegemonia tem de disputar territórios. A título de

organização para análise, separo eles primeiramente em dois grupos, utilizando uma categoria temporal: os usos cotidianos, dos quais tratarei neste terceiro capítulo; e os usos intermitentes, que serão tratados no próximo. Além desta separação, os usos cotidianos e intermitentes também serão classificados como: políticos, de sociabilidade e/ou comercial, para uma análise minuciosa quanto ao seu impacto no que Lefebvre (2016) define como direito à cidade. Esta definição virá em outro momento, após a apresentação dos usos.

A primeira categorização temporal vai de encontro ao que Massey e Keynes (2009) buscam conceituar sobre espaço. Associando tempo ao espaço, junto com as disputas envolvidas nestes campos, eles exploram além do que o espaço é atualmente, e o definem como em constante devir a partir da sua formação por inter-relações, o que associo como usos e práticas diversas. Para estabelecer quais são os usos cotidianos, vou além das práticas que são realizadas diariamente na praça e incluo nesta categoria também eventos recorrentes, que possuem uma periodicidade.

Para começar a apresentar esta categoria trago um uso político: aulas realizadas pelo grupo Educação Popular na Cinelândia, com periodicidade semanal, ocorrendo toda sexta feira a partir das 19h, em frente, ou o mais próximo possível, ao prédio da Assembleia.



Figura 6. Aula pública com o tema Operação Lava Jato no Rio de Janeiro. Fonte: foto da autora



Figura 7. Educação Popular na Cinelândia no dia 25 de Agosto de 2017. Fonte: foto da autora

Seu início foi a partir de uma ocupação, deliberadamente sem autorização e sem nenhuma intenção de pedir permissão para ocupação do espaço. Como este grupo é formado por militantes que já atuavam no espaço da Cinelândia em outros momentos - especificamente o início deste grupo de pessoas foi durante o Ocupa Câmara, em 2013 - eles tinham um sentido de ocupação do espaço muito mais combativo, a disputa pelo espaço deles era desde o início pelo sentido político que eles compartilhavam. Pelas falas que ouvi dos seus representantes, eles têm um entendimento de que a cidade pertence aos seus cidadãos e, portanto, a eles, que são cidadãos desta cidade, muito mais explícito e tangível do que a maioria das pessoas com quem pude ter contato na praça. Por conta desse reconhecimento de que aquele espaço público pertence a todos, eles nunca pediram permissão para usá-lo. Sua permanência ali se deu a partir da disputa com os representantes dos poderes públicos, guardas municipais e polícia militar. O grupo da Educação Popular ganhou a disputa pelo espaço através do entendimento mútuo, depois de muito irem até a praça, montarem tenda e equipamentos de áudio e projeção com cadeiras ao redor para as aulas, dialogarem com as polícias e os guardas e eles entenderem que mesmo sem permissão aquele tipo de afronta não pretendia ser disputada de forma violenta ou, como os policiais militares disseram, “atrapalhando o direito de ir e vir”.

As aulas costumam se repetir ou ter temas próximos, na maioria sobre ecologia e política. A explicação é que a maioria dos militantes que formam o grupo Educação Popular na Cinelândia veio dos movimentos em favor do meio ambiente. As aulas das quais tive notícias foram sobre: hortas comunitárias, oficina de cerveja artesanal, produção de adubos orgânicos, debate com apresentação de filme sobre aquecimento global, os desdobramentos da Lava Jato no Rio de Janeiro, veganismo e agroecologia, parto humanizado e doulas, agroecologia e reflorestamento, permacultura, oficina de comunicação não violenta, entre outros. A Educação Popular na Cinelândia está incluída na categoria de usos cotidianos e políticos da praça.

Outro uso cotidiano, mas dessa vez incluído na categoria comercial e de sociabilidade são as bancas de jornal. São duas que ficam na praça da Cinelândia, a Banca do Alves e a Banca do Jorge. Tive maior contato com a Banca do Alves, que fica exatamente em frente o Cinema Odeon de acordo com o mapa abaixo.



Figura 8. Mapa com pontos indicados pela autora. Fonte: *Google Maps*.

A Banca do Alves me intrigava desde antes de começar minhas pesquisas. Em frente a ela estavam sempre algumas pessoas paradas assistindo a TV que fica voltada para o lado de fora da banca. Sentadas em bancos de plástico, assentos de cadeiras sem encosto ou mesmo em pé. A TV voltada para fora da banca estava

quase sempre com um DVD de filme ou show, foram pouquíssimas as vezes em que passei e ela não estava ligada. Alves me contou que ele passava alguns DVDs para que as pessoas comprassem, já que é um dos produtos expostos para venda. Mas vivenciando o cotidiano da banca, era visível que a função principal do aparelho era a diversão dos grupos de até uma dezena de pessoas que se aglomeravam ali em frente. A enorme quantidade de produtos diferentes para venda é uma das características mais interessantes sobre a banca. Tem livros antigos como um sebo, livros novos, DVDs de filmes e shows, adesivos, revistas, jornais, balas, doces, chocolates, bebidas, entre outros.

Alves me contou que começou a vender cerveja por conta dos amigos que se reuniam ali na banca depois do trabalho. Contou que alguns grupos de pessoas que trabalham em locais próximos adquiriram o hábito de se reunirem ali para tomar cerveja e socializar depois do expediente, que alguns até fizeram comemoração de aniversário na banca. Entre essas pessoas, conheci alguns amigos do Seu Alves que tinham o costume de se reunir quase todos os dias lá na banca. Narro a seguir a minha primeira experiência de contato com as pessoas da banca:

“No dia em que eu conheci o núcleo da banca, 18 de Maio de 2017, ela estava fechada com uma placa dizendo que o motivo para isso era um falecimento naquele dia. Foi o irmão do Seu Alves, mas alguns moradores de rua chegaram ali no entorno para saber quem tinha falecido e ficaram aliviado que não tinha sido o próprio Alves. Ali eu também estabeleci contato com o cozinheiro Kléber e o porteiro Manoel, ambos trabalhadores das proximidades. O grupo que contava com estes 2, Seu Alves e mais 3 pessoas, estavam sentados no banco mais próximo à banca. Haveria manifestação contra o governo Temer e eles diziam que estavam por ali para proteger a banca fechada, que já havia sofrido com atos de violência contra a propriedade.

Neste grupo de pessoas que se reunia no banco, todos pareciam se conhecer já de longa data. Imaginei que a única mulher ali, que parecia ter aproximadamente a minha idade, pudesse até ser filha do Alves. Comecei o contato perguntando se eles estavam lá para a manifestação e falando que eu estava lá por motivos de estudo. Eles foram muito receptivos. Ao longo do tempo que fiquei ali chegaram alguns moradores de rua preocupados com Seu Alves por conta da notícia que estava pendurada na banca: “Por motivos de falecimento não abriremos hoje”. Muitos ficaram preocupados que Alves tivesse falecido, mas havia sido o irmão dele.

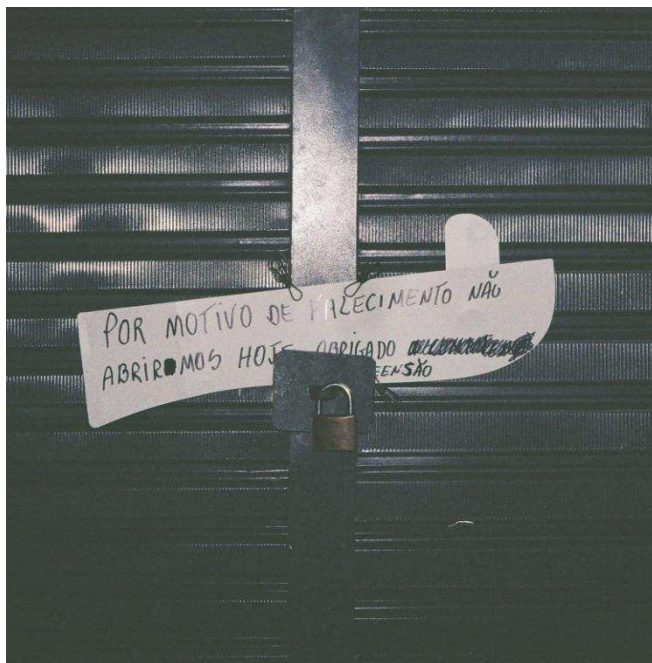


Figura 9. Banca do Alves no dia 18 de maio de 2017.
Fonte: foto da autora

O porteiro Manoel contou sobre uma vez em que a banca pegou fogo por conta de problemas elétricos, tudo foi perdido, mas com a ajuda dos amigos ali do entorno Seu Alves conseguiu recuperar tudo. O irmão, falecido no dia da conversa, tinha sido responsável por refazer todo o piso, o porteiro Manoel refez toda a parte elétrica e emprestou o som que está até hoje na banca, um dos equipamentos responsáveis, junto com a TV, por deixar tanta gente parada ali na frente para assistir um filme ou um show em DVDs. E eu digo um dos porque é impossível não responsabilizar a simpatia do Alves por essa clientela também.

Manoel me contou, como um orgulhoso membro da galera da banca, que ali “é todo mundo uma família”, com essas palavras. Essa impressão já estava clara pra mim quando Alves me contou que o cozinheiro Kleber leva almoço para ele todo dia. Que ele tem conseguido cuidar melhor da saúde por isso (é diabético), e que vale mais a pena almoçar tarde e esperar a comida gostosa do amigo, do que almoçar mais cedo e fazer uma refeição não tão gostosa de algum restaurante ali da praça.

Num momento parou uma viatura entre a banca e o Odeon, mais pra perto do cinema. Dois policiais militares saíram do carro, mas não chegaram a ficar 5 minutos e foram embora. Era final da tarde e a manifestação talvez estivesse se formando na Candelária ainda. A galera da banca me contou que aqueles dois eram uma das

duas duplas que costumavam ficar ali de ronda, mas que em dia de manifestação eles metiam o pé e não tinham nada o que fazer ali.

A banca não ficou de fato fechada o tempo inteiro. Alves reabriu-a para ligar a TV e assistir o noticiário que gravava a manifestação, pegar uma água e acabou fazendo algumas vendas.

Um dos momentos interessantes do meu primeiro contato com o pessoal da banca foi quando Kleber, o cozinheiro, incentivado pelo assunto da manifestação - que era transmitida ao vivo pela TV enquanto vinha descendo pela Rio Branco em direção a Cinelândia -, disse que Dilma realmente sofreu um golpe, e um pouco depois Manoel comentou sobre ter votado no Aécio, que “tem uma cara de bom moço”, mas que era um safado e roubava milhões.

Neste dia, Alves me contou sobre o falecimento do seu irmão. Que ele já estava há 4 meses no hospital e que pelas condições a família já estava toda “desenganada”, que sabia que o falecimento seria melhor para apartar o sofrimento. Seu Alves foi atender alguém na banca e Kleber me contou sobre o dia que sua mãe faleceu. Que foi repentinamente, um dia ele estava trabalhando e recebeu uma ligação dizendo que a mãe tinha falecido e saiu correndo para o Espírito Santo. Depois do velório ele disse que juntou os irmãos todos, foi para um restaurante e disse que iria comer e beber até não sobrar dinheiro.

Alves me contou que ele acha que o movimento caiu muito na Cinelândia após o VLT. Antes, ele disse, a Cinelândia era um ponto central e todos os ônibus passavam por ali. Agora as pessoas precisavam saltar mais distante caso quisessem chegar à praça. Falou que comércios fecharam por conta disso, citou a 7 de Setembro, onde o VLT espreme as pessoas num espaço pequeno de calçada e elas não param mais para olhar vitrines.

Se despedindo de mim, após fechar a banca, Seu Alves me convidou pra passar outros dias lá, disse que eu poderia entrevistar ele e fazer mais perguntas caso quisesse. Apesar da aparência um pouco áspera e atitude observadora, Alves é realmente muito simpático e agregador.”¹⁸

Após esta descrição é perceptível porque o uso da Banca do Alves se inclui tanto na categoria comercial quanto na categoria de sociabilidade.

¹⁸ Trecho do diário de campo da autora

Outro uso cotidiano da praça é A Capoeira Angola Ypiranga de Pastinhas, que ocorre uma vez por mês em alguma sexta-feira, entre as bancas de jornal da praça, bem próxima à Banca do Jorge. Este uso tem cunho político e de sociabilidade. Político, pois durante a roda de capoeira o mestre do grupo, Mestre Manoel, discursa sobre a importância de ocupar aquele espaço pela resistência da cultura negra, ele conta que seu trabalho de conscientização sobre as desigualdades raciais do sistema em que estamos inseridos acontece com jovens da favela da Maré, que ele faz questão de não ser só uma opção cultural para que os jovens não fiquem na rua, mas de estimular neles o pensamento crítico.

O discurso e a presença com que a capoeira ocupa aquele espaço segue a mesma intenção da Educação Popular na Cinelândia, de estar presente em um espaço público de grande representatividade do fazer político dos cariocas, mas ainda assim tendo suas diferenças entre estes usos. O grupo tem como principal intenção a resistência da cultura negra, já as aulas públicas têm como intenção primordial levar a sala de aula para a rua, disponibilizando conhecimentos e debates críticos para qualquer passante interessado.

A categoria de sociabilidade da capoeira se encaixa pelo próprio formato que o jogo se dá, em grupo, com música, canto, uma roda e uma dupla jogando no meio. Enquanto eu observava o jogo acontecendo entre os próprios alunos e parceiros do Mestre Manoel, algumas pessoas chegaram junto à roda. Algumas sentaram-se na roda, outras ficaram em pé assistindo ao redor. Uma senhora que aparentava estar entre os 60 e 70 anos de idade, entrou na roda e jogou com muita habilidade. Nesse momento, estavam próximos alguns agentes do Centro Presente e alguns Guardas Municipais. Eles estavam há uma distância maior, mais próximos da Banca do Alves, mas também observavam com muito interesse a roda acontecer.

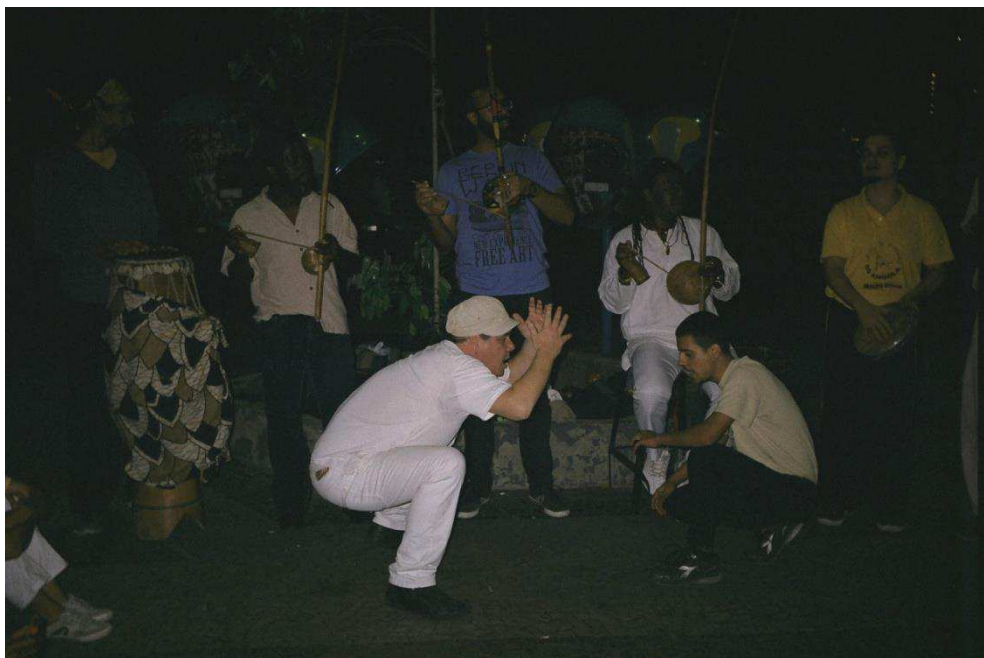


Figura 10. Roda de Capoeira Angola Ypiranga de Pastinhas. Fonte: foto da autora.

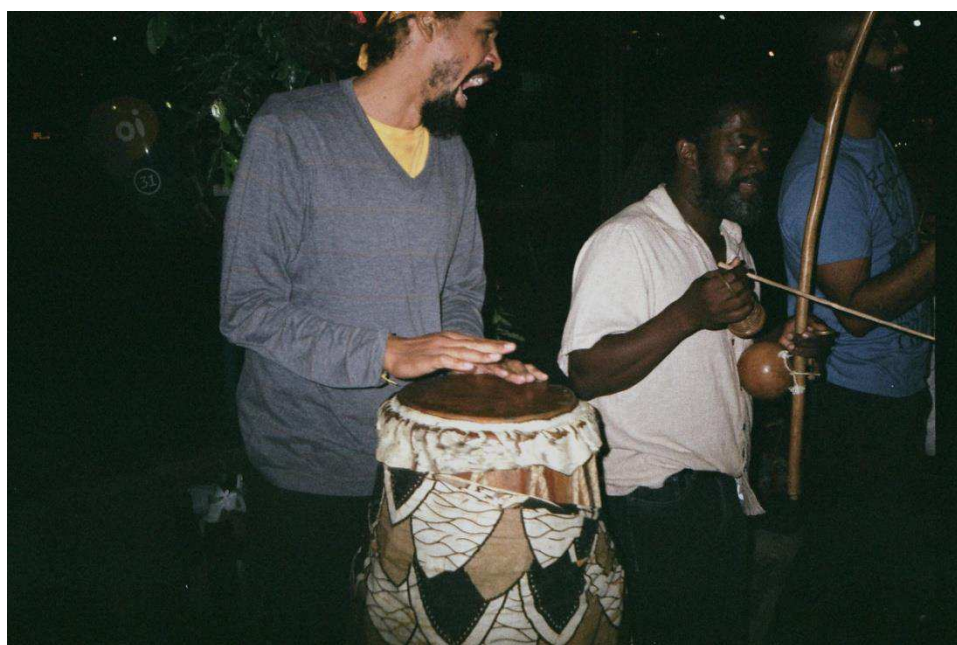


Figura 11. Roda de Capoeira Angola Ypiranga de Pastinhas. Fonte: foto da autora.

Outros usos cotidianos, desta vez na categoria comercial, são as feiras que acontecem no meio da praça da Cinelândia. Eventualmente ocorrem feiras de roupas e artesanato, mas com periodicidade inconstante. São diversos os grupos que organizam essas feiras, e não necessariamente eles seguem as mesmas periodicidades, além de dependerem e procurarem a autorização do poder público para realização dos eventos. A diferença entre essas feiras que congregam

principalmente roupas e artesanato é perceptível pelo estilo e padrão das tendas que cada grupo contrata. Algumas tem um padrão listrado, e parecem mais com bancas de feira de hortifruti, feitas de madeira; outras fazem uso das tendas de plástico na cor branca. Pela observação da estrutura da organização já é possível diferenciar cada grupo. No meu contato com uma das organizadoras de uma feira ela me contou que a Cinelândia não é mais tão movimentada quanto já foi, que as vendas caíram ali. Disse que ela e uma parceira organizavam a mesma feira na Carioca, que lá tinha mais movimento e vendia melhor. Ainda assim, ela continuava a organizar a feira ali com a intenção de compensar sua aposentadoria que estava atrasada pois ela era servidora do Estado.

A feira do livro da Associação Brasileira do Livro acontece ali há 60 anos, anualmente, entre Abril e Maio. A montagem da feira é uma única tenda branca que ocupa metade da praça da Cinelândia, embaixo dela ficam as bancas vendendo livros novos e usados. Um dia após o outro eles fecham completamente a tenda, para que os livros permaneçam guardados para o dia seguinte, e contratam seguranças para pernoitarem junto ao local. Diferente das feiras de roupas, que montam e desmontam a arrumação dos seus produtos sob as tendas ou bancas individuais diariamente, os feirantes de livros da Associação Brasileira do Livro só desmontam suas vendas no último dia de feira.



Figura 12. Feira de roupas e artesanatos na Cinelândia. Fonte: foto da autora.

Por estes usos já é possível iniciar uma leitura baseada na prática da pesquisa de campo sobre a territorialidade do que é a Cinelândia para o carioca. De acordo com Haesbaert (2007):

A territorialidade, no nosso ponto de vista, não é apenas "algo abstrato", num sentido que muitas vezes se reduz ao caráter de abstração analítica, epistemológica. Ela é também uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado. (HAESBAERT, 2007, p. 25)

Ou seja, a territorialidade da Cinelândia é assumida como um local de passagem de muitos, um local do fazer político, da sociabilidade e do comércio. Ela expressa, assim, uma multiterritorialidade. Para analisar esta multiterritorialidade é necessário observar as relações de poder, como elucida Haesbaert (2004):

(...) a disponibilidade do "recurso" multiterritorial - ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios - é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se acessível apenas a uma minoria. Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver; vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do "primeiro" território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana" (HAESBAERT, 2004¹⁹ *apud* HAESBAERT, 2007, p. 41)

No próximo capítulo, a multiterritorialidade da Cinelândia ganhará novos exemplos com as narrativas da pesquisa de campo sobre os usos intermitentes. A partir de então, serão analisadas mais profundamente as relações de poder envolvidas nos usos e como elas estão conectadas às disputas pelo direito à cidade.

¹⁹ HAESBAERT, 2004. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Pág. 360

CAPÍTULO 3 - USOS DO TERRITÓRIO: PARTE 2, USOS INTERMITENTES

A intenção de trazer o conceito de territorialidade para apresentar as próximas narrativas é a de iniciar uma discussão sobre o imaginário da Cinelândia e os seus significados para os praticantes do Centro do Rio de Janeiro. Já sabemos, pelo histórico, que a Cinelândia é a muitos anos palco de ações culturais e políticas da maior magnitude para a cidade. Até hoje ela é escolhida por muitas pessoas como o lugar para fazer reuniões e manifestações políticas, montar palcos e realizar shows e apresentações de artistas nas ruas, divulgar religiões, filosofias de vida ou mesmo praticar estas no espaço público. E por que a Cinelândia? Usos intermitentes estão atrelados a escolha sobre o local onde estes usos se darão, e escolhas estão intimamente relacionadas a uma gama de opções; escolha por determinados símbolos e quais são as possibilidades dadas. Afinal, por que algumas passeatas e manifestações políticas se dão no Centro da cidade, em dias úteis, e outras se dão na Avenida Atlântica em finais de semana? Por que divulgar seu trabalho artístico na Cinelândia? Não trago essa resposta, mas ao menos um olhar sobre o que vi nas práticas da praça que não estavam ligadas a uma periodicidade específica.

O momento em que percebi a Cinelândia como objeto de pesquisa foi um dia de evento que não começou, mas terminou na praça. Era um cortejo carnavalesco, em janeiro de 2016, *Abertura Oficial do Carnaval Não Oficial*, que foi da Praça XV até a Praça da Cinelândia em um domingo. Apesar da falta de autorização para o cortejo, uma prática típica dos blocos de rua que compõe o “carnaval não oficial”, as ruas se encheram de foliões como se não houvesse a possibilidade de embargo pelo poder público a qualquer momento. A Avenida Rio Branco foi tomada de gente fantasiada, pernas de pau, purpurina, baterias e estandartes de diversos blocos. Não havia VLT ainda. Alguns poucos guardas municipais acompanhavam sem interferir, mas estavam em número absolutamente inexpressivos se comparados com a multidão de foliões. Por conta da falta de autorização e de regulamentação pelo poder público para a ocorrência daquele cortejo, a marca de cerveja patrocinadora do carnaval de rua carioca não se fazia massivamente presente como em outros blocos oficiais. Ao chegar na Cinelândia, a tensão superficial explodiu a partir de uma briga entre guardas municipais e ambulantes. Como o cortejo era de blocos não oficiais, que punham de maneira deliberada sua não compactuação com a forma de regulamentação do carnaval de rua pelo Estado, alguns foliões e participantes dos

blocos se envolveram na discussão em defesa dos ambulantes e logo a violência dos representantes do poder público transformou a festa em confronto.

No Rio de Janeiro, o carnaval de rua é, em parte (a parte oficial), gerido por uma parceria público-privada, onde uma empresa privada recebe a autorização do poder público para administrar essa tomada das ruas. Mais do que a parceria para administração da festa, esta empresa também abre espaço para os patrocinadores do carnaval (Frydberg, Kossak e Machado, 2016). Empresas privadas gerindo não só espaços públicos, mas também regulamentando o financiamento de outras empresas privadas para que suas marcas sejam expostas durante uma das festas populares mais famosas do mundo. Com tamanha atuação de poderes privados sobre o que deveria ser o espaço comum, a fiscalização que é feita por guardas municipais, servidores do município, se torna aos poucos mais uma instituição privatizada em função das vontades do patrocinador.

Um pouco distante da mercantilização e mais próximo da tradição, minha pesquisa de campo se encontrou com o carnaval na Cinelândia principalmente na memória dos idosos com quem conversei informalmente na praça. Eles compartilhavam recordações da praça ocupada pelos blocos mais tradicionais do Rio. Foram ao menos seis senhores com quem conversei na Cinelândia e me contaram sobre sua época de carnaval naquele lugar, alguns deles eram Seu Alves e outros dois colegas da banca em frente ao Odeon. No carnaval de hoje a praça continua recebendo alguns foliões, mas até mesmo durante essa época de festas na rua o movimento diminuiu; é perceptível ao se observar fotos dos carnavais anteriores. Até recentemente a Cinelândia, junto com a Avenida Rio Branco, assumiam um protagonismo muito maior no Centro. Foi com o início das construções do VLT que a Rio Branco deixou de receber blocos de rua - o *Bola Preta*, por exemplo, foi realocado para a rua Primeiro de Março; e o *Cacique de Ramos* foi para a Avenida Chile.



Figura 13. Cortejo de bloco durante o carnaval de 2011 passa em frente a Biblioteca Nacional. Fonte: R7²⁰

Atualmente, ela ainda mantém um calendário carnavalesco tradicional. Agora sem os cortejos de grandes blocos que lotavam a Avenida Rio Branco, recebendo apenas blocos menores nas ruas transversais da praça. O público também diminuiu durante esta época, que já foi de grandes memórias e ocupação do espaço público. No entanto, ela ainda recebe um palco onde a Riotur²¹ continua realizando o *Baile da Cinelândia* desde 1990²². A programação é voltada para o carnaval de rua da velha guarda, com marchinhas, orquestras, cantores²³ que faziam sucesso nas épocas dos programas de auditório em rádios e o *Concurso do Folião Original*²⁴. Durante o Baile, a praça também recebe muitos grupos de bate-bolas ou clóvis, personagens que fazem parte da tradição do carnaval de rua. Pelo público levado até a praça durante o *Baile da Cinelândia*, vemos que ela se tornou um espaço para a resistência do carnaval tradicional que acontecia com maior frequência nos

²⁰ Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/fotos/lugar-do-discurso-de-obama-cinelandia-e-palco-para-manifestacoes-e-carnaval-20110315-10.html#fotos>>. Acessado em 03 de Novembro de 2017

²¹ Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro - Riotur

²² Disponível em: <<http://prefeitura.rio/web/guest/exibeconteudo?id=5200554>>. Acessado em 03 de novembro de 2017

²³ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-02/cantores-e-orquestras-revivem-o-carnaval-da-era-do-radio-no-baile-da>>. Acessado em 03 de novembro de 2017

²⁴ Disponível em: <<http://www.carnavalinterativo.com.br/brilho-dos-antigos-carnavais-agitam-o-centro-do-rio/>>. Acessado em 03 de novembro de 2017

subúrbios e atualmente não deixa de tomar uma parte do Centro da cidade. Com a violência da cidade e a falta de apoio em manter o carnaval dos bairros fora do eixo Zona Sul, a Cinelândia é hoje um espaço onde o subúrbio pode lembrar os tempos em que esta programação ocupava suas ruas. Mesmo mantendo o uso da praça durante a festa, é questionável, porque além do palco ao lado do Theatro Municipal, o carnaval tradicional dos próprios bairros, com clóvis, marchinhas e orquestras, não estão sendo amparados pelo poder público. Estes usos da praça estão incluídos na categoria de sociabilização intermitente.



Figura 14. Palco do Baile da Cinelândia no Carnaval de 2014. Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro.

Além da violência dos guardas municipais que presenciei durante a abertura do “carnaval não oficial”, estive em outros momentos de tensão na praça: manifestações políticas²⁵ que foram dispersadas com violência pela polícia²⁶ ²⁷. Estes atos tinham dois principais formatos envolvendo a praça, um deles era começando na Candelária, caminhando pela Avenida Rio Branco até chegar na Cinelândia, onde, caso chegassem, não demoraria muito para sofrerem agressões da polícia se tivessem um número suficientemente expressivo de participantes para

²⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/manifestantes-bloqueiam-vias-no-centro-do-rio-na-tarde-desta-sexta-feira.ghtml>>. Acessado em 03 de novembro de 2017

²⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/pms-sao-flagrados-agindo-com-truculencia-na-manifestacao-de-sexta-no-centro.ghtml>>. Acessado em 03 de novembro de 2017

²⁷ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/politica/proteto-de-artistas-contra-temer-no-rj-acaba-em-tumulto-com-a-pm/#>>>. Acessado em 03 de novembro de 2017

fecharem as ruas durante este trajeto. No outro formato elas se iniciam já na praça, focando sua manifestação em frente a Câmara dos vereadores. Alguns destes protestos não tinham qualquer referência em suas pautas ao poder legislativo dos vereadores, e ainda assim a escolha do espaço para o ato foi a Cinelândia. Considerando a foto abaixo que mostra a fileira de policiais já posicionados para ir contra a passeata, é visível que a escolha pela praça também não é pela segurança, já que não há qualquer surpresa para as forças do poder público em grupos de manifestantes ocuparem aquele espaço para protestar. Muito pelo contrário, essa escolha já é esperada, tanto que desde a concentração do ato para sair em passeata pela Rio Branco até a praça, já estavam posicionados na Cinelândia alguns carros e policiais do Batalhão de Choque prontos para entrarem em confronto com o grupo que estivesse vindo. Resta então a escolha pela territorialidade, pelo que representa aquele espaço público quanto ao histórico fazer político nele. Estes usos intermitentes políticos reforçam a territorialidade da Cinelândia como um espaço onde existe essa possibilidade de uso.



Figura 15. Protesto do dia 18 de Maio em frente a câmara. Fonte: foto da autora.

Figura 16. Durante o mesmo protesto, fileira de policiais militares ao lado da câmara antes da dispersão violenta. Fonte: foto da autora.

Não é somente pelo fator quantitativo que algumas aglomerações de pessoas sofrem retaliação enquanto outras não. De acordo com o policial Ricardo, um dos que fazem a vigilância da praça, eles observam os protestos e interferem caso esteja “atrapalhando o direito de ir e vir ou tenham *black blocks*²⁸ participando” (sic), independente de terem pedido autorização ou não aos comandos da polícia que atuam no local. Este discurso sobre a repressão aos *black blocks* é reforçado pela mídia, desde o aparecimento deste tipo de tática no Brasil, durante as passeatas de junho de 2013 (França e Dornelas, 2016). Hoje em dia, a narrativa é corroborada tanto pelo Estado quanto pelos meios midiáticos, ambos se apoiando ao culpabilizar o vandalismo de determinados manifestantes para deflagrar a dispersão violenta supostamente em defesa dos protestos pacíficos.

No dia em que fiz contato com os policiais que faziam a ronda da Cinelândia, na região em frente ao Theatro Municipal e à Câmara dos Vereadores, estava acontecendo um ato pela conscientização sobre o HIV, AIDS e Tuberculose. A manifestação, que de acordo com os policiais, tinha sido avisada ao batalhão e recebido autorização para acontecer, era vista de forma positiva por eles, pois trazia conhecimentos sobre saúde pra população. Junto com a conscientização sobre números de diagnósticos, tratamentos disponíveis na rede pública, a diferença entre HIV e AIDS, distribuição de laços vermelhos, e a realização de testes instantâneos para detecção do vírus, também eram realizados protestos com cartazes contra o desmonte dos hospitais públicos, o não pagamento dos servidores da saúde, entre outras pautas da mesma área. Mesmo com as falas abarcando um grande número de pautas, os grupos responsáveis por organizar aquele ato eram principalmente voltados para a conscientização da AIDS, HIV e Tuberculose.

²⁸ “Os black block é uma forma de protesto estética baseada na depredação dos símbolos do estado e do capitalismo.” Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-black-bloc-e-a-resposta-a-violencia-policia-1690.html>>. Acessado em 02 de Novembro de 2017.

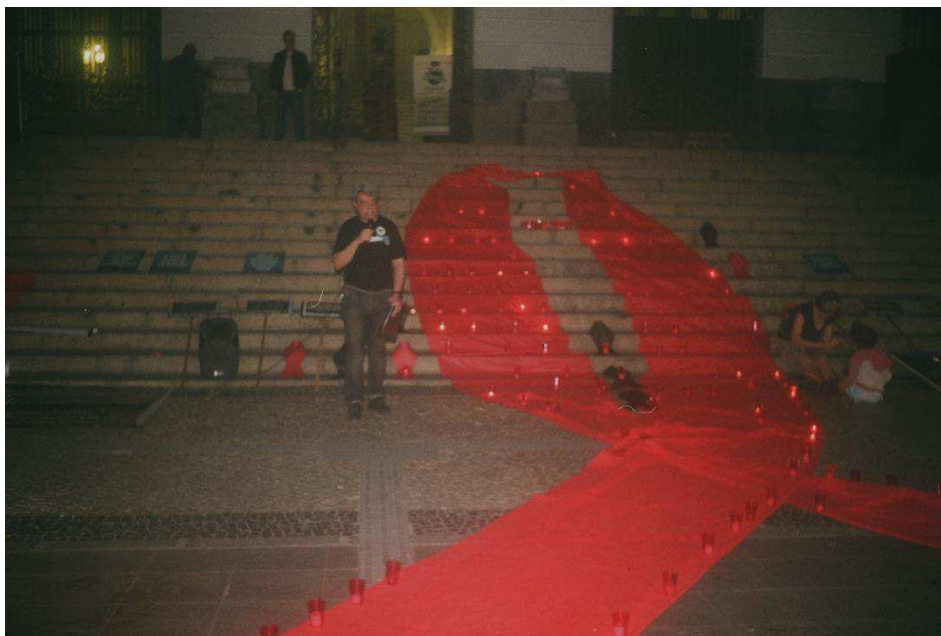


Figura 17. Ato em frente à Câmara dos Vereadores pela conscientização sobre HIV, AIDS e Tuberculose. Fonte: foto da autora

Um dos grupos que eu já tinha feito o contato em outros dias de pesquisa de campo, era o Grupo Pela Vidda, duas vezes encontrei a tenda deles localizada próxima a lateral da Banca do Alves, ficando exatamente em frente ao McDonald's próximo ao Odeon. O grupo é uma ONG com voluntários que ficam próximos à tenda usando coletes para identificação, eles abordam pessoas que fazem parte da população-chave a ser atendida pelo projeto: homens jovens LGBTQ. É oferecido então um teste feito com a saliva que pode identificar o vírus em alguns minutos. Caso seja aferida a existência do vírus no corpo da pessoa, ela é encaminhada para uma rede de atendimento onde possa realizar o teste de sangue para garantir o diagnóstico ou não de AIDS. Durante minha visita à tenda eu conversei com a coordenadora do projeto Mix da Prevenção, responsável por levar os testes às ruas diretamente ao seu público-alvo, Edilene Bastos. Ela contou que a Cinelândia foi escolhida por ser um ponto de prostituição masculina, apesar deste uso da praça não ser compreendido pela maioria das pessoas que transitam naquele espaço, e que a localização especificamente próximo ao Odeon e o McDonald's é porque este último também tem no seu banheiro um local de "pegação gay" (sic). Este local foi percebido como um importante espaço para atuação do projeto porque a ONG é mantida por uma equipe que faz parte do público-alvo que se pretende atingir, homens gays e transexuais, garantindo assim um alcance mais direto a este público.

Seus voluntários são chamados de educadores de pares, exatamente por fazerem parte do público que o Grupo Pela Vidda atende.

Apesar do projeto ser realizado na Cinelândia desde 2014 ao menos uma vez por semana e ser categorizado como um uso político cotidiano, foi essencial atrelar este projeto à manifestação realizada em um dia específico, já que o Grupo Pela Vidda realizou seu trabalho do projeto Mix da Prevenção em um lugar diferente para se juntar ao ato. Durante a manifestação eles montaram a tenda para testes e distribuição de kits de prevenção junto à Câmara, diferente dos dias usuais que ficam do lado oposto da praça.

Assim como a atuação do Grupo Pela Vidda na praça, outras práticas cotidianas de voluntariado acontecem na Cinelândia, como o projeto Dois Pães e Um Pingado, que toda a sexta feira, a partir das 7h oferece café da manhã individual para moradores de rua. É possível incluí-los na categoria política e de sociabilização; a primeira pelo trabalho de assistência social que o Estado não provê, e a segunda pelo trabalho dos voluntários de levar uma experiência social digna às pessoas em situação de rua, conversando e dando atenção a indivíduos constantemente marginalizados pelos passantes. Quanto a esta realidade, a Cinelândia oferece um panorama curiosamente pacífico em relação a vivência de moradores de rua junto aos comerciantes, passantes e outros usuários da praça. A eles costumam sobrar os espaços mais irregulares da cidade, mas na Cinelândia, muitos costumam se fixar sem protestos alheios. Pelo relato na Banca do Alves já era possível observar uma empatia maior em relação aos que estão em situação de rua. Em outros espaços da praça eles também ficam sem serem incomodados. Questionando um dos filhos do Alves sobre essa percepção, ele falou sobre um comportamento mais pacífico em relação a todos que vivenciam a praça cotidianamente. Porém, é importante constatar que não é porque estes usuários cotidianos da Cinelândia compartilham o espaço de forma pacífica, que todos os usos estão disponíveis para todas as pessoas. As manifestações, por exemplo, são práticas onde vemos na maioria um grupo pouco diverso em classes sociais. Nestes momentos, os usuários comuns da praça costumam não se envolver, e os que ficam próximos aos atos são os comerciantes intermitentes, ambulantes com isopor e outros materiais, vendendo bebidas e comidas de rua. Estes sim, de grupos sociais diferentes dos que compõe os manifestantes.

Nos eventos que ocorrem na praça também temos uma complexificação da diversidade de usuários da praça. Dependendo do evento, grupos de diversidade mais ampla são incluídos, como durante o carnaval, em que a Cinelândia ganha um palco para o carnaval tradicional carioca, onde vemos um público mais heterogêneo; ou durante atos políticos, em que vemos grupos mais homogêneos protestando. Fica perceptível, então, que a multiterritorialidade da Cinelândia não pode ser praticada de forma ampla, e que alguns dos seus usos são mais acessíveis a classes sociais mais altas, que tem maior possibilidade de vivenciar formas diferentes de acesso ao espaço público. Citando Haesbaert (2004):

É necessário distinguir, por exemplo, entre a multiterritorialidade potencial (a possibilidade de ela ser construída ou acionada) e a multiterritorialidade efetiva, realizada: As implicações políticas desta distinção são importantes, pois sabemos que a disponibilidade do "recurso" multiterritorial - ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios - é estrategicamente muito relevante na atualidade e, em geral, encontra-se acessível apenas a uma minoria. (HAESBAERT, 2004²⁹ *apud* HAESBAERT, 2007, p. 41)

A territorialidade a que me refiro aqui está identificada pelo mesmo autor como imaterialidade e materialidade do espaço vivido, "territorialidade como uma das dimensões do território, a dimensão simbólica" (2007, p. 26). O imaginário que se criou no território a partir das vivências complexificadas pela multiplicidade de usos daquele espaço. As disputas com dinâmicas determinadas pelas relações de poder que tanto reforçam estruturas quanto criam novas resistências a elas, lembrando pela prática diária que hegemonias não são totalizantes e é nas possibilidades das brechas que o espaço de Massey e Keynes (2009), produto e promotor da multiplicidade, contempla o devir. É sobre estas brechas que discutiremos no próximo capítulo, abordando uma perspectiva crítica quanto às táticas e estratégias adotadas por diferentes grupos e indivíduos na Cinelândia, em prol de explorar as possibilidades destas ações quanto a prática do direito à cidade.

²⁹ HAESBAERT, 2004. *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Pág. 360

CAPÍTULO 4 - O DIREITO À CIDADE DE LEFEBVRE NA CINELÂNDIA

Durante a pesquisa de campo, foi possível identificar diferenças amplas entre os usos, principalmente ao considerarmos o território da Cinelândia como recurso, conforme propõe Milton Santos³⁰ (1978), pelas palavras de Haesbaert (2007). Quando olhamos para os usos como formas de ativação destes recursos para determinados grupos ou resistência para outros, eles ganham um significado complexificado como um território que, assim como o restante da cidade, está em constante disputa. Certeau (1994) diferencia estes usos como estratégias, ações a partir dos espaços já estabelecidos, que movimentam forças na ânsia de totalizar sua propriedade, e táticas, ações hábeis em tempo, que o utilizam a seu favor para agirem nas brechas dos espaços homogeneizados. Sobre estas brechas, devemos reconhecer que elas não necessariamente estão vigiadas, são ignoradas ou desconhecidas pelo poder dominante, elas podem ser espaços permitidos:

É necessário ainda precisar a natureza dessas operações por outro prisma, não mais a título da relação que mantêm com um sistema ou uma ordem, mas enquanto há *relações de forças* definindo as redes onde se inscrevem e delimitam as circunstâncias de que podem aproveitar-se. (CERTEAU, 1994, p. 97)

Ao falarmos de forças atuando sobre um espaço devemos considerar a complexidade com a qual elas se “denunciam” enquanto desempenham ações para sua preservação ou expansão. A forma como alguns indivíduos praticam a praça, próximos ou distantes de outras práticas e praticantes é uma das formas de tática para sua preservação que revelam formas veladas que as relações de poder atuam sobre os usos e usuários dos espaços públicos. Por exemplo, os moradores de rua, que não ficam próximos a feiras de roupas ou livros, mas sentam-se nos bancos, eventualmente estão deitados nos canteiros, no meio da praça (se não houver ocorrência de usos comerciais), ou junto às bancas de jornais e monumentos.

Trazendo o que Massey e Keynes (2009) estabelecem como um dos parâmetros para conceptualização do espaço, que este é produto de inter-relações, percebemos, junto com as táticas e estratégias de Certeau (1994), que estas inter-relações também estão submetidas às forças que elas representam em uma estrutura maior, por menores que sejam as interações. Junto com a noção de que

³⁰ SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

multiplicidade e espaço são co-constitutivos, já que a pluralidade depende das relações que se dão neste para existir a partir da prática, o conceito de tática e estratégia no território da praça ganha ainda mais pertinência. Ele possibilita que se realize uma observação do ínfimo ao macro dos usos, e que identifiquemos as relações de força e dominação às quais estes estão submetidos ou submetem. Estes conceitos são fundamentais ao confrontar os múltiplos usos da praça com a possibilidade destes serem a efetivação do direito à cidade de Lefebvre.

Quando Lefebvre (2016) idealiza o direito à cidade, ele parte da concepção de que a cidade está em crise. Esta proposição vai ao encontro do que Sanchez, Buterman e Laiber expõem sobre o Rio de Janeiro em 2015, quando a cidade estava com os olhos do mundo voltados para si. Após a Copa do Mundo em 2014, toda a cidade se organizava em ebulição prestes a sediar as Olimpíadas de 2016. Neste período o poder público atuava profundamente sobre o terreno da cidade, realizando obras de mobilidade, construindo espaços olímpicos para sediarem os jogos e renovando espaços tão grandes quanto bairros inteiros. Como exemplo destas operações temos o projeto *Porto Maravilha*, que revitalizou toda a área do porto, com o intuito de transformar aquele espaço em área de lazer, assim como levar megaempresas a construírem prédios no bairro, trazendo uma nova estética arquitetônica para o porto. O *Porto Maravilha* receberia o VLT, que tinha por objetivo ligar o Aeroporto Santos Dumont, no extremo sul do centro da cidade, com a rodoviária, no noroeste do centro, com a linha 1, um percurso de 12 km. Esta mesma linha do VLT tem uma de suas paradas na Cinelândia, que apesar de incluir uma nova forma de mobilidade para a praça, excluiu a utilização da Avenida Rio Branco por ônibus e carros. Agora, essa avenida é, na área da Cinelândia e até uma quadra antes e outra posterior a ela, uma ciclofaixa, um passeio público para pedestres e o trilho do VLT. O local, que antes servia como uma das principais áreas de passagem entre o centro e o início da Zona Sul da cidade, além de ser caminho para ônibus que circulavam por diversos bairros do Rio de Janeiro, deixou de receber uma enorme quantidade de veículos, fazendo com que menos passageiros atravessassem obrigatoriamente o entorno da Cinelândia. Dessa forma, o VLT é apontado por diversos comerciantes da área como responsável pela diminuição da quantidade de pessoas que circulavam pela praça, por não ligar bairros distantes e ser pouco usado para baldeação, já que cobre uma área pequena da cidade.

Foi durante estas ações sobre a cidade que se desvelou de forma explícita quais eram as intenções dos representantes do Estado para o projeto de cidade do Rio de Janeiro. Tais medidas reforçaram a espetacularização dos espaços, a formação de cenários midiáticos e homogêneos. A cidade serviria para a representação dos grandes eventos, e estava sendo montado um grande palco, com cenografia de bilhões de reais, para vender uma imagem do Rio de Janeiro, “cidade maravilhosa”, como sede dos jogos. Nesta cidade-imagem, os indivíduos que de fato habitam a cidade, a classe operária, de acordo com Lefebvre (2016), eram peões no jogo. Seus territórios e territorialidades conquistados pela resistência das táticas eram agora vistos como folha em branco para as intenções do poder público. As trajetórias múltiplas de uma das cidades mais diversificadas do mundo estavam sendo apagadas como disputas sociais e utilizadas como estratégia de marketing pelo poder dominante. Em primeiro plano deste projeto de cidade que se revelava sem reservas durante os anos pré-olímpicos estavam as intenções do capital internacional, de funcionalizar a cidade unicamente de acordo com seus critérios. Mas da mesma forma que haviam as estratégias do poder hegemônico, sempre haverá a formação de uma contra-hegemonia que resiste no sentido contrário da totalização dos espaços pela dominação instituída. Enquanto houver um poder hegemônico agindo com a intenção de totalizar as práticas na cidade sob o seu controle, existirão grupos e indivíduos lutando pela liberdade de ação nos espaços públicos, pela heterogeneidade social e pelo reconhecimento da necessidade destes espaços como lugares fundamentais para a disputa da não invisibilização dos que são plurais.

É partindo dessa reflexão sobre a perda da cidade múltipla para a cidade homogênea, do espaço público que serve ao encontro da multiplicidade para o espaço unifuncional que se dispõe ao controle do dominante, que vou em busca da prática do que Lefebvre (2016) cunhou como direito à cidade, como ele mesmo explica: direito “à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados” (p. 7). Ele partiu de uma crise da cidade, um termo conveniente ao que podemos analisar como a perda do sentido de experiência urbana que a cidade oferece aos seus habitantes. Para Lefebvre (2016), também há aí uma questão humanística quanto aos sujeitos para os quais deve ser pensada essa cidade. Quanto a isso, trago a intenção de um entendimento dos estudos culturais sobre os indivíduos de uma sociedade urbana, pessoas de identidades culturais complexas,

múltiplas. É para a experiência dessa multiplicidade no espaço público que o direito à cidade deve ser praticado. Recorrendo novamente a Massey (2008), a partir da leitura de Sanchez, Buterman e Laiber (2015):

Massey (2008)³¹ corrobora com esta leitura do espaço que surge como esfera de possibilidades, coexistência da multiplicidade e do “conflito” de muitas “vozes” e trajetórias, ou seja, expressão da heterogeneidade social. (*apud* SANCHEZ, BUTERMAN e LAIBER, 2015, p.7)

Para dialogar com Lefebvre (2016), lanço mão novamente de Rogério Haesbaert (2007):

Para Lefebvre o espaço, em sua tríplice constituição (enquanto espaço concebido, percebido e vivido), é sempre socialmente produzido. De certo modo, o que diferencia a produção do espaço lefebvreana das dinâmicas de territorialização aqui enfocadas é uma simples questão de foco, centralizado mais, aqui, nas relações de poder que constituem aquele espaço. (*apud* HAESBAERT, 2007, p. 21)

Nos encontramos, então, para definir o direito à cidade em consonância com a sua prática, no meio do espaço produto e produtor de inter-relações, mediado por relações de poder, como o direito à disputa pelos seus habitantes, classe operária heterogênea que pratica diariamente o espaço público para além da cenografia determinada pela espetacularização destes. Harvey (2013) denomina este direito também como liberdade da cidade:

O direito à cidade “não pode ser concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais”. Ao contrário, “ele pode apenas ser reformulado como um renovado e transformado direito à vida urbana”³². A liberdade da cidade é, portanto, muito mais que um direito de acesso àquilo que já existe: é o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações. (HARVEY, 2013, p. 28)

Harvey também consente com Massey (2008) e Haesbaert (2007) no entendimento da cidade como um espaço para vivenciar a multiplicidade:

O direito à diferença é um dos mais preciosos direitos dos cidadãos. A cidade sempre foi um lugar de encontro, de diferença e de interação criativa, um lugar onde a desordem tem seus usos e visões, formas culturais e desejos individuais concorrentes se chocam. (HARVEY, 2013, p. 30)

³¹ Massey, D. 2008. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

³² Lefebvre, *Writing On Cities* (Oxford, Blackwell, 1996), p.158, *apud* Harvey, 2013.

Voltando ao direito à cidade de Lefebvre (2016), sua definição vai ao encontro de um projeto de cidade que tem a intenção de integrar toda a sociedade na sua efetivação. Perpassando tempo presente, passado e futuro, ao compreender que este projeto urbano nunca alcançará a totalidade do tempo presente. Ele corresponde ao que Massey e Keynes (2009) expõem sobre o espaço que está em constante devir, sempre sendo elaborado, nunca totalmente fechado ou finalizado. Ao agregar toda a sociedade em um projeto de cidade correspondente ao direito à cidade, Lefebvre (2016) assume que somente a intenção de um ou outro grupo, como o Estado a partir do poder político, ou os arquitetos e urbanistas, a partir da ciência acadêmica, não bastam isoladamente. Ainda assim, ele reconhece a importância de cada um destes grupos, e ainda outros, como o papel da arte, para a realização do direito à cidade. Ele é, portanto, um direito que deve ser efetivado a partir do suporte dialético de forças entre setores diferentes da sociedade.

O direito à cidade, todavia, tem um grupo como protagonista, a classe operária, “única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela” (LEFEBVRE, 2016, p. 122), a única que pode ser agente da realização dessa reforma urbana.

Aqui ainda, como há um século, ela nega e contesta, unicamente com sua presença, a estratégia de classe dirigida contra ela. Como há um século atrás, ainda que em novas condições, ela reúne os interesses (aqueles que superam o imediato e o superficial) de toda a sociedade e inicialmente de todos aqueles que habitam. Os moradores do Olimpo e nova aristocracia burguesa (quem o ignora?) não habitam mais. Andam de palácio em palácio, ou de castelo em castelo; comandam uma armada ou um país de dentro de um iate; estão em toda parte e em parte alguma. (LEFEBVRE, 2016, p. 128)

A intenção de Lefebvre (2016) em determinados momentos do seu livro *O Direito à Cidade* parece ser a de chamar as forças políticas para atuarem em favor da classe operária, realizando uma reforma urbana com a intenção de garantir o direito à cidade dos seus habitantes. É necessário, neste momento, lembrar que a primeira edição deste livro é de 1968 e, desde então, houveram muitas mudanças nas formas de governar mundialmente.

Para trazer o direito à cidade à realidade atual é que busco o geógrafo britânico David Harvey, a partir de um artigo que foi organizado em 2006 e lançado em 2008, com tradução de 2013. Ele atualiza a questão do direito à cidade em

relação às questões atuais que ele enfrenta e as forças que agem contra o livre exercício destes direitos. Ele cita a velocidade das mudanças históricas e geográficas que ocorreram nos últimos 100 anos, e no caso do Rio de Janeiro, adiciono os últimos 5 a 10 anos como catalisadores de mudanças espaciais profundas, especialmente no Centro da cidade e na questão da mobilidade. Essas mudanças drásticas que reconstróem inúmeras vezes formas de viver em um curto período de tempo, dificultam a capacidade de compreender e estabelecer quais são as operações que devem ser cumpridas para garantia da liberdade da cidade. Harvey põe também que as cidades estão em sua maioria, “divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito” (2013, p. 28), e que a globalização e o neoliberalismo aumentaram as desigualdades sociais enquanto concentraram ainda mais o poder na elite. É quanto a estes opositores das lutas pela efetivação do direito à cidade que Lefebvre (2016) não tinha, na época de sua escrita, a capacidade de olhar para o futuro e desvendar a forma que eles se revelariam. O autor tinha proposições a serem realizadas com algumas dificuldades pela necessidade da prática social ser incumbida de responsabilidade que não é inculcada à ela nos moldes do sistema dominante em que estamos inseridos. Apresentemos então algumas proposições de Lefebvre, para traçarmos junto à Cinelândia a possibilidade da *práxis* atual.

Já sabemos que ele propõe uma reforma na cidade, chamada de programa político de reforma urbana, que deve ter uma parte científica, livre para modificação dos que serão encarregados dela. Este deve ser de responsabilidade das forças políticas, Lefebvre sugere. Outra proposição sua é quanto a projetos urbanísticos, modelos que componham formas de espaço e tempo urbanos, que podem ser lucidamente utópicos. Estes devem ser propostos a *práxis*. Durante todas as suas propostas o que mais se aponta é quanto à necessidade da prática, da flexibilização e mudanças disponíveis de acordo com esta experiência e ao protagonismo da classe operária. Lefebvre (2016) elucida:

Necessário, o programático não basta. Ele se transforma no decorrer da execução. Apenas a força social capaz de se investir a si mesma no urbano, no decorrer de uma longa experiência política, pode se encarregar da realização do programa referente à sociedade urbana (LEFEBVRE, 2016, p. 125).

Quanto à necessidade de levarmos a *práxis* qualquer projeto de direito à cidade, afinal é neste tecido urbano mais palpável que a sua liberdade pode ser

vivida, a Cinelândia tem um histórico de corresponder positivamente no que diz respeito a quantidade de experiências práticas. Nas manifestações eventuais de maior expressão na mídia e em volume de atores, nos usos da rua pela festa, que Lefebvre também expõe como essencial, e nas realizações de usos políticos da rua de forma cotidiana, como a experiência do Educação Popular no Cinelândia e da Capoeira de Angola Ypiranga de Pastinhas, este segundo congregando a intenção política e cultural. Devemos nos questionar, então, quanto à qualidade e ao protagonismo destes usos levando em consideração o objetivo do direito à cidade. Afinal, mesmo com o uso das ruas por intenções e pautas diversas, a capacidade de utilizar o espaço público para expor vontades políticas de grupos organizados sempre é também luta pela própria visibilidade e possibilidade de usos da rua. Citando Harvey, “o direito à cidade não é um presente. Ele tem que ser tomado pelo movimento político” (2013, p.34).

Vivenciando as manifestações intermitentes na Cinelândia é perceptível uma certa homogenia nas classes sociais que as compõe. Por mais que haja alguma diferenciação entre os indivíduos, essa diversidade não é ampla. Mas também há que se diferenciar os atos políticos intermitentes de maiores e menores aglomerações. Há os de menores números, que não fazem qualquer montagem de estrutura na praça, e não são afrontados violentamente pelas forças instituídas do poder público, e os de maior número, eventualmente só pelo volume de pessoas, em outros momentos também por estarem agregados com grandes faixas, bandeiras ou trios-elétricos. Percebendo essa distinção, podemos então analisar quanto ao tipo de ação que esses atos pretendem ocupando a rua. Em alguns momentos, os de menores números de pessoas já cumprem em alguma parte seus objetivos, como o ato que presenciei para conscientização do AIDS, HIV e Tuberculose, que tinha também o intuito de conscientização dos passantes, o que de fato foi possível, ainda mais com a presença do Grupo Pela Vidda. Mas durante as manifestações de grande adesão, podemos questionar quais objetivos são atingidos. Entre as finalidades alcançadas parece que nenhuma é de fato pauta dos atos, por exemplo, levar às ruas determinadas temáticas que tendem a estar restritas a discussões na internet ou em espaços limitados, como o feminismo; ou de fato estar realizando a luta pela liberdade à cidade a partir da ocupação das ruas contra a dominação dos espaços de funcionalidade definidos pelo poder hegemônico. Destas finalidades percebidas nas lacunas da movimentação das forças é onde surgem as táticas.

Estes buracos, preenchidos com intenções maiores do que suas possibilidades de mudanças imediatas, tendendo ao propósito do devir, apontam na direção das seguintes falas de Lefebvre (2016):

Esses vazios não provêm do acaso. São também os lugares do possível. Contém os elementos desse possível, elementos flutuantes ou dispersos, mas não a força capaz de os reunir. Mais ainda: as ações estruturantes e o poder do vazio social tendem a impedir a ação e a simples presença de semelhante força. As instâncias do possível só podem ser realizadas no decorrer de uma metamorfose radical (LEFEBVRE, 2016, p. 125)

Focando novamente nos sujeitos que realizam as ocupações de intuito político na praça, aí reside o maior obstáculo da luta pelo direito à cidade, a presença da classe protagonista, que não se faz notada como personagem principal em tantos momentos que exploram ao máximo o revolucionário das possibilidades nas brechas. Falo principalmente das manifestações que assumem pautas políticas, pois são elas que enfrentam o poder hegemônico expondo ao limite sua dominação, chegando no extremo da violência, onde esse poder se mantém à força. É verdade que durante as manifestações políticas categorizadas como cotidianas na praça havia uma diversidade maior de praticantes, e talvez essa diversidade fosse apenas mais visível por conta do diminuto grupo de pessoas que costuma estar presente nestes usos, em comparação com os protestos de centenas ou milhares, onde se torna mais difícil apreender plenamente os indivíduos. Mas incorporando a questão anterior, da possibilidade das brechas, à atual, da representatividade, é significativo considerar alguma importância aos usos diários. Tanto quando é necessário limitar sua relevância de acordo com seu alcance. Afinal, é nos usos diários que encontramos a maior diversidade de sujeitos, onde estão especialmente os da classe operária; mas também é nestes usos que se constitui e se restabelece sutilmente a hegemonia, dia após dia.

Devemos, então, nos voltar para as brechas, especialmente as do cotidiano, que permitem possibilidades. Como Harvey (2013) considera, fazemos a cidade através de ações diárias, de nossos engajamentos políticos, intelectuais e econômicos. O direito à mudança da cidade seria, então, um direito inerente às práticas diárias. É importante, portanto, que a classe operária esteja ciente deste direito e das suas práticas, para ter a capacidade de lutar por ele, ao invés de se manter imersa na alienação dos poderes hegemônicos.

Sendo assim, a liberdade à cidade ao mesmo tempo que se efetiva através das práticas diárias, deve ter uma primeira configuração revolucionária, como propõe Lefebvre (2016). Considerando a conjuntura que está dada e o contexto em que ocorrem ações contra-hegemônicas, sem grande adesão dos proletários, representando baixíssimo ou nenhum contratempo ao poder dominante, que tem o recurso estratégico do espaço para não ser abalado, ao mesmo tempo em que reestrutura sua totalidade, cobrindo momentaneamente fissuras por onde aparecem outras possibilidades.

Mesmo com o protagonismo da classe operária, Lefebvre (2016) não exclui a parcela de responsabilidade para o direito à cidade que recai sobre as forças políticas e as áreas de conhecimentos científicos. A primeira tem a função de fornecer seu poder de organização do espaço público aos usos múltiplos do proletariado, oposto ao que ocorre atualmente com a espetacularização de cidades, onde o poder público age em função do capital financeiro. Já a segunda tem a responsabilidade de criar planejamentos urbanos utópicos, modelos que não devem ser descartados pelas impossibilidades, mas que considerem uma ponte entre a realidade e as possibilidades que estão por vir. Nestas propostas para realizar de forma eficaz uma nova maneira de viver a cidade de acordo com as diferenças que disputam o espaço público é essencial que se considere o caráter flexível do espaço onde se pratica a multiplicidade. Ele deve ser imaginado, planejado e realizado em constante diálogo, fazer e refazer, permitindo que os sujeitos tenham capacidade de viver a cidade que lhes é preferível, ao invés da que o poder do capital lhes autoriza, de acordo com a segregação estabelecida, sem os apagamentos que são manipulados pelo neoliberalismo e sua mercantilização da vida.

Na Cinelândia, portanto, temos alguns exemplos de vivências que têm o potencial de serem revolucionárias, mas lhes falta em força o que tem de potencial. De qualquer forma, não deve pesar sobre as formas ou escolhas, nem sempre conscientes, para realização destas ações o que lhes falta. É justificável essa insuficiência por um complexo contexto social. Ainda podemos lhes congratular pela resistência e pela possibilidade de inclusão de determinados indivíduos em situações de vulnerabilidade momentaneamente dentro de experiências sociais das quais eles costumeiramente são segregados. Dentre estas práticas cotidianas cito: a Educação Popular na Cinelândia, a Capoeira Angola Ypiranga de Pastinhas, a banca do Alves, os projetos sociais do Grupo Pela Vidda e do Dois Pães e Um

Pingado. Entre os intermitentes, relembro as manifestações políticas, que levam as pautas de luta que o poder político mantém distantes das ruas para o espaço público, e o carnaval, onde a festa diminui momentaneamente as diferenças e ocupa a praça permitindo uma vivência de cidade mais livre.

CONCLUSÃO

A Cinelândia foi, desde o momento de começar a imaginá-la como pesquisa, um território tanto receptivo quanto misterioso. Familiar a princípio, mas com usos diversos demais para os quais seria insignificante me limitar a essa familiaridade. Encontrei na sua diversidade uma facilidade em me incluir como pesquisadora. O que ficou obscuro pela observação não deixou de ser tangenciado nas entrevistas. Foi essencial limitar minha pesquisa ao espaço central da praça, nos dois retângulos que formam o desenho primordial da Cinelândia. Excluí, portanto, as calçadas que beiram os prédios, sem deixar de lado seus significados para aquele espaço como um todo.

A partir daí, iniciamos em um contexto significativo. Um espaço público com história de mais de século de vivências sociais e políticas no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Um território utilizado de formas múltiplas, sobre os quais as intenções de funcionalidade para seus praticantes foram pensadas para agregar uma diversidade de usos. Somando no mesmo espaço práticas de sociabilidade, fazer político e usos cotidianos para comércio ou passagem. Conhecemos sua importância para a sociabilidade no Rio de Janeiro do início do século XX, quando a Avenida Central (atualmente chamada de Avenida Rio Branco) inaugurou a vida social noturna da cidade. Da mesma forma que deixou esse protagonismo de lado com a expansão da cidade e das ofertas de espaços de entretenimento em outras áreas fora do Centro, além da perda do status de capital do país. Vimos que o apelido Cinelândia à Praça Floriano Peixoto se deu pela grande oferta de cinemas da região enquanto ainda era polo de divertimento.

Com a ida a campo foi possível um olhar de dentro dos usos da praça como pesquisadora, por observação, conversas informais e entrevistas deliberadas. Abriu-se a possibilidade de realizar uma leitura do campo pelos usos cotidianos e intermitentes, categorizando-os como práticas de sociabilidade, políticas e comerciais. Ao vivenciar ou observar estes usos, as definições de tática e estratégia apontadas por Michel de Certeau (1994) ganharam significados práticos.

Analisando o direito à cidade que Henri Lefebvre (2016) propõe, ao qual David Harvey (2013) acrescenta as oposições atuais do contexto político, conclui-se que continua necessário o protagonismo massivo da classe operária. O direito à cidade ainda deve ser realizado pela *práxis*, pelos que habitam e vivenciam

cotidianamente os espaços públicos. Mais do que isso, são as classes e grupos sociais mais vulneráveis estruturalmente que precisam do espaço público.

Mas as práticas que permitem essas trocas estão nas brechas da hegemonia atuante sobre os espaços, corpos e relações. Existem táticas que atuam nestes espaços de possibilidades contra-hegemônicas, como a Educação Popular na Cinelândia, a Capoeira Angola Ypiranga de Pastinhas, o Grupo Pela Vidda e o projeto Dois Pães e Um Pingado, assim como as manifestações políticas que acontecem na praça, mas não há entre essas ações, ou outras com resistências ao poder dominante, uma união propositiva. Também não há, como Harvey (2013) expõe sobre os opositores da liberdade na cidade - como podemos ver pelos projetos urbanos de espetacularização para criação de uma cidade-imagem, e como foi exposto por falas dos representantes da Educação Popular na Cinelândia -, intenção, ou mesmo força, de um poder político engajado em uma reforma urbana proposta pela classe operária. Não há, portanto, uma conjuntura atualmente que possibilite a realização do direito à cidade da forma como foi proposta por Lefebvre (2016). Antes, é necessário que se façam mudanças sociais nada menos do que revolucionárias; as relações de poder devem ser postas ao avesso, quiçá a partir das brechas, mas certamente com a intenção e força de todos os grupos submetidos à dominação hegemônica.

Para os projetos urbanos que devem ser propostos a *práxis*, e para a parte científica do projeto de reforma urbana, também é necessário enxergarmos as relações de poder que os impedem atualmente, tanto quanto as propostas ao poder político. Mesmo superando a questão da mercantilização dos espaços públicos, ainda há um campo simbólico das relações de poder que resiste à contra-hegemonia, mesmo dentro das próprias táticas. É necessário, então, que a realização da utopia se dê na prática, que a cidade fragmentada seja unida por uma proposição democrática, que a experiência da multiplicidade seja a prática da disputa por um espaço mais democrático, que em todas as relações de poder a hegemonia atual seja sobreposta pelas possibilidades apresentadas nas táticas, e que por meios revolucionários, o que entendemos como em constante devir se aproxime um pouco mais do presente. Retornando à Harvey, “o direito à cidade não é um presente. Ele tem que ser tomado pelo movimento político” (2013, p.34).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 2012.

CARVALHO, Taisa. *Cinelândia, um conjunto histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2007.

CERTEAU, Michel de. "Fazer com: usos e táticas", em *A Invenção do Cotidiano:1. Artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

DE MACÊDO, Cibele Mariano Vaz; ANDRADE, Regina Glória Nunes. Sociedades Multiculturais e a Formação de Territórios de Sociabilidades na Cidade do Rio de Janeiro. *Habitus*, v. 7, n. 1, 2009.

FRYDBERG, Marina B.; KOSSAK, Alex; MACHADO, Gustavo P. O papel do poder público no carnaval dos blocos de rua: A formulação da festa na cidade do Rio de Janeiro hoje. In: *Anais... VII Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

FRANÇA, Vera, e DORNELAS, Raquel. O black bloc na mídia: embates discursivos na luta pela construção do simbólico. *Comunicação Pública*, v. 11, n. 20, 2016.

GUIMARÃES, Cristiana M. de O. "*Espaços públicos ou espaços para o público?*" Editora Romano Guerra, Portal Vitruvius-arquitextos, ano 08, novembro 2007.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.

HARVEY, David. A liberdade da cidade in *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

JACQUES, Paola Berenstein. *Corpografias urbanas*. Vitruvius. Arquitextos 8, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. Itapevi, SP: Nebli, 2016

MAGNANI, José G. C. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2006.

MASSEY, Doreen; KEYNES, Milton. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. *GEOgraphia*, 2009

MENDONÇA, Eneida M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. *ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA*, UERJ, RJ, v. 7, n. 2, p. 296-306, agosto 2007.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995

SANCHEZ, Fernanda, BUTERMAN, Bruna, LAIBER, Paula. Disputas simbólicas na cidade maravilhosa: atores, instrumentos e gramáticas territoriais. In: *Anais... XVI ENANPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo: 2017 Disponível em http://xviananpur.com.br/anais/?wpfb_dl=476

SEGRE, Roberto. *Espaço público e democracia: experiências recentes nas cidades de América Hispânica*. Portal Vitruvius–texto especial, ano 05, maio 2005.